

A indústria têxtil vimaranense e a adesão de Portugal à EFTA (1960-1974)

José Manuel Lopes Cordeiro

Universidade do Minho/CICS-UMinho. Director científico do Museu da Indústria Têxtil da Bacia do Ave.

1. Introdução

Entre os vários resultados da renovação historiográfica ocorrida em Portugal nas décadas seguintes ao 25 de Abril destaca-se a afirmação de novas áreas de investigação, entre as quais a história económica, a qual, não obstante já há bastante tempo ter suscitado o interesse dos historiadores, entre os quais Alberto Sampaio ou Vitorino Magalhães Godinho, não tinha até então beneficiado das condições necessárias para o seu pleno florescimento. As temáticas que, no âmbito desta renovação historiográfica, inicialmente interessaram os historiadores económicos centraram-se, em grande medida, em duas áreas de investigação: a procura da explicação do atraso económico português, iniciada na década de 1980, o que em parte não deixa de estar associado ao facto do país se ter há pouco libertado de uma ditadura retrógada e obscurantista de quase meio século, e já na década seguinte a análise do crescimento económico português no pós-Segunda Guerra Mundial, em particular durante o período que se iniciou em 1 de Janeiro de 1960 até ao 25 de Abril de 1974, com a entrada de Portugal, como membro fundador, na Associação Europeia de Comércio Livre (mais conhecida por EFTA, o acrónimo da sua denominação em inglês, European Free Trade Association), devendo também ser levado em consideração o acordo preferencial concluído em 1972 com a então Comunidade Económica Europeia.

Existe hoje em dia unanimidade acerca do crescimento industrial contínuo que marcou este período, durante o qual o valor do produto agrícola foi pela primeira vez ultrapassado pelo industrial, o que ocorreu em 1963. No entanto, como de seguida assinalaremos, a plena compreensão deste processo suscita algumas questões que devem ser levadas em consideração. A primeira, para cuja análise importam as contribuições de Adérito Sedas Nunes¹ e de César das Neves², chamando-nos a atenção para o facto de durante esse processo a estrutura industrial portuguesa ter acentuado o seu carácter dualista, bastante nítido no sector têxtil da Bacia do Ave – e que vinha acompanhando o seu arranque e desenvolvimento desde meados do século XIX, como já tivemos oportunidade de salientar³ –, e destacando o facto de neste período se registar “a existência de algumas indústrias de tecnologia leve que tinham uma estratégia ligada às exportações e que competiam no mercado mundial na dependência de baixos salários. Os têxteis são o exemplo mais paradigmático. Mas o resto do sector industrial encontrava-se protegido interna e externamente, apesar de a protecção se ter degradado com os anos”⁴.

1 Adérito Sedas Nunes (1964), “Portugal, sociedade dualista em evolução”, *Análise Social*, Lisboa, Vol. II, n.º 7-8, pp. 407-462.

2 João L. César das Neves (1994), “O crescimento económico português no pós-guerra: um quadro global”, *Análise Social*, Lisboa, Vol. XXIX, n.º 128, pp. 1005-1034.

3 José Manuel Lopes Cordeiro (2003), “Uma economia dual: a modernização no sector têxtil da Bacia do Ave”, in Elisa Calado Pinheiro (Coord.), *Actas das III Jornadas de Arqueologia Industrial (12 a 14 de Novembro de 1998). A indústria têxtil europeia – Os fios do passado a tecer o futuro – uma abordagem pluridisciplinar*. Covilhã: Universidade da Beira Interior, 2002, pp. 313-322, e José Manuel Lopes Cordeiro (2002), “Indústria e energia na Bacia do Ave (1845-1959)”, *Cadernos do Noroeste (Série História)* 1), Braga, Vol. 15, n.º 1-2, pp. 57-174.

4 João L. César das Neves (1994), *Op. cit.*, p. 1007.

No entanto, é incontestável que durante este período, e até ao choque petrolífero de 1973, o país registou elevadas taxas de crescimento económico e o Produto Interno Bruto cresceu a uma taxa média anual de 6,9%, se bem que as taxas de crescimento do PIB tivessem sido irregulares, sendo de 6,2% ao ano a média do quadriénio 1960-1964, e de 8,6%, a de 1969-1973, embora evidenciando uma tendência de aumento⁵. Como é conhecido, o período de crescimento económico que Portugal viveu de 1960 ao 25 de Abril de 1974 insere-se e beneficia dos “Trinta Gloriosos”⁶, decorrentes dos resultados económicos da reconstrução europeia, associados aos efeitos positivos resultantes das remessas dos emigrantes, dos réditos do turismo de massas (que se inicia, precisamente, a partir do início da década de 1960), não obstante os efeitos negativos do défice público e, principalmente, da guerra colonial. Estima-se que a guerra colonial tenha consumido, em média, 21% do Orçamento do Estado em cada um dos 14 anos (1961-1974) que durou, correspondente a 3,1% do PIB à época por cada ano, o que “*poderá ter custado directamente aos cofres portugueses cerca de 21,8 mil milhões de euros, o equivalente a 10,8% do PIB*”⁷. Não obstante estes constrangimentos, durante este período o sector da indústria têxtil constituiu um dos que melhor aproveitou as condições oferecidas pela entrada na EFTA, registando uma significativa expansão, em grande medida estimulada pelo incremento das exportações para estes novos mercados europeus, as quais assentavam nos menores custos de produção resultantes de vários factores entre os quais o baixo nível dos salários então praticados.

Recentemente, José Reis ofereceu uma outra interpretação do sucesso registado pela economia portuguesa após a adesão à EFTA⁸. Defendendo que Portugal constitui uma “periferia persistente”, propôs uma leitura “*substancialmente diferente das anteriores, que considero uma visão ‘heróica’ do crescimento, pois desvalorizam a sua natureza e não dão atenção ao conjunto da economia e da sociedade, não cuidando também de saber de que forma ele se enraíza no país*”⁹. Para este autor, “*merece dúvidas que estejamos perante um processo de ‘desenvolvimento’ e perante uma ‘economia industrial moderna’. Por mim, prefiro sublinhar a dimensão absolutamente limitada dessa industrialização, os seus escassos efeitos na constituição de uma economia e de uma sociedade modernas, a sua concentração inicial na acumulação de capital, sem repercussões essenciais no emprego e no mercado de trabalho sendo, por essas razões, incapaz de estruturar um processo de crescimento adequado, de tal forma que ele haveria de carecer de uma reorientação essencial durante este mesmo período*”¹⁰.

Este artigo constitui uma primeira abordagem ao processo de inserção da indústria têxtil vimaranense no crescimento económico suscitado pela entrada de Portugal na EFTA, à qual outras necessariamente se seguirão, aprofundando-a e, eventualmente, corrigindo-a das limitações que nesta fase não foi possível ultrapassar. Uma das principais dificuldades com que deparamos consistiu na falta de fontes disponíveis para levar a cabo a investigação, tanto mais que a maioria destas empresas já não existe e os seus arquivos não foram preservados. Deste modo, fomos obrigados a recorrer, essencialmente, à documentação notarial, a qual regista a constituição de sociedades, elevação do capital social, etc, e aos relatórios e contas anuais daquelas empresas que tinham

5 José Silva Lopes (1996), *A Economia Portuguesa desde 1960*. Lisboa: Gradiva, p. 45.

6 A expressão “Trinta Gloriosos”, cunhada pelo demógrafo francês Jean Fourastié em 1979, diz respeito aos 30 anos (de 1946 a 1975) que se seguiram ao final da Segunda Guerra Mundial e que constituíram um período de prosperidade e crescimento económico contínuo na maioria dos países desenvolvidos. Cf. Jean Fourastié (1979), *Les Trente Glorieuses: Ou la révolution invisible de 1946 à 1975*. Paris: Fayard.

7 Ricardo Ferraz (2019), *Grande Guerra e Guerra Colonial: Quanto Custaram aos Cofres Portugueses?* Lisboa: Gabinete de Estratégia e Estudos do Ministério da Economia, p. 9.

8 José Reis (2019), “A primeira industrialização ‘moderna’: a economia política de uma indústria sem economia nem país (1960-1974)”, in Alice Cunha, Cristina Rodrigues e Ivo Veiga (Org.), *Economia e História: Estudos em homenagem de José Maria Brandão de Brito*. Lisboa: Edições Colibri, pp. 91-104.

9 *Idem*, p. 94.

10 *Idem, Ibidem*.

adoptado o regime jurídico das sociedades anónimas, embora não tivesse sido possível localizá-los na sua totalidade. Apesar de não ser possível garantir uma completa exaustividade, os valores que apresentamos relativos à constituição de empresas industriais no concelho de Guimarães entre 1960 e o 25 de Abril de 1974 não deverão andar muito longe da realidade. Com base numa amostra, que apresenta os pedidos de instalação de novas empresas no concelho de Guimarães entre 1964 e 1969, e que indica 33 fábricas de fição e tecelagem e 24 de malhas, num total de 57 instalações industriais¹¹, para o mesmo período encontramos escrituras notariais relativas à constituição de 31 fábricas de fição e tecelagem, 40 de malhas e confecções e 1 de torcedura de pêlo de cabra e fibras artificiais, num total de 72 unidades, ou seja, um número que traduz uma realidade muito mais precisa. Por conseguinte, apesar das limitações existentes, a investigação acabou por ser satisfatória e proporcionar diversos elementos que contribuem para uma melhor compreensão do modo como se desenrolou o processo de integração de Portugal na EFTA a uma escala regional, assim como dos seus problemas e dificuldades, com base na análise de um dos principais sectores exportadores, a indústria têxtil.

2. As novas empresas têxteis fundadas em Guimarães durante o período 1960 – 25/04/1974

Salvaguardados os aspectos referidos no capítulo anterior, relativos à possibilidade de virem a surgir empresas que não conseguimos identificar no âmbito do levantamento efectuado, não obstante se ter tentado imprimir ao mesmo um carácter exaustivo, passamos a descrever e analisar as principais características registadas pelo sector têxtil vimaranense durante o período em causa. Sendo natural que eventualmente venham a surgir mais algumas empresas, serão necessariamente em número reduzido e não afectarão substancialmente as considerações aqui efectuadas.

O Quadro I, relativo às empresas têxteis fundadas em Guimarães durante o período que se iniciou após a entrada de Portugal na EFTA, e até ao 25 de Abril de 1974, revela-nos um total de 154 novas empresas, não tendo sido possível apurar elementos concretos em relação a cinco delas (Neves, Magalhães & C.^a, Lda, Fábrica de Malhas Fanil, Lda, Oliveira, Azevedo & C.^a, Lda, fundadas em 1965, Cruz & Simões, Lda, fundada em 1966, e A. Silva & C.^a, Lda, fundada em 1968). Os anos em que se registou a fundação de um maior número de empresas foram 1973 (com 27 novas empresas), 1970, 1965 e 1964 (todos com 14 empresas). Em contrapartida, 1962 e 1963 foram os anos em que se fundou o menor número de empresas, apenas com 3 novas empresas em cada um deles.

Quanto aos sectores de actividade privilegiados pelas novas empresas surge com destacada vantagem o da indústria de confecções e artigos de malha, com 85 empresas, representando 55,2%, seguido pelo da indústria de tecelagem, com 27 empresas, constituindo 17,5%, e finalmente o das fábricas de fição e tecelagem, com 22 empresas, ou seja, 14,3% do total. Os restantes sectores não apresentam valores significativos.

¹¹ A. Proença Varão (1974), *Estrutura e Crescimento Económico do Distrito de Braga: análise da área adjacente ao polo Braga-Guimarães*. Lisboa: Banco de Fomento Nacional, p. 146.

QUADRO I
EMPRESAS TÊXTEIS FUNDADAS EM GUIMARÃES, 1960-1974
Por sectores de actividade

	Indústria têxtil (fiação e tecelagem)	Indústria de fiação	Indústria de tecelagem	Indústria de confecções e artigos de malha	Indústria de bordados	Indústria de estampa	Indústria e acabamento de tecidos	Indústria de torcedura	Indústria de cardaço de tecidos	Indústria de passamanarias	Indústria de gravatas	Total
1960	1		3		1							5
1961	1		2	1								4
1962				3								3
1963	1			2								3
1964		1	3	10								14
1965	3		3	8								14
1966	1		4	8								13
1967	6		1	4								11
1968	1		3	5				1				10
1969	2		3	5								10
1970	2		1	7		2	2					14
1971	3	1	2	1					1			8
1972				7						1	1	9
1973	2		1	18	1	2		1	1		1	27
25/04/1974			1	5			1	2				9
Total	22	2	27	85	2	4	3	4	2	1	2	154

Fonte: Elaboração própria com base em documentação notarial.

No que respeita à localização destas novas empresas manifesta-se uma clara preferência pelas freguesias inseridas na área urbana da cidade, como São Sebastião e Creixomil (ambas com 13 empresas), São Paio (12 empresas), Azurém (8 empresas), Oliveira do Castelo (7 empresas) e Gondar (6 empresas); fora da área urbana surge em primeiro lugar Moreira de Cónegos (12 empresas), seguida de Lordelo (9 empresas), São Jorge de Selho e Polvoreira (ambas com 8 empresas), São Miguel das Caldas de Vizela (7 empresas) e São João das Caldas de Vizela (6 empresas).

QUADROS II – VI

FÁBRICAS TÊXTEIS FUNDADAS EM GUIMARÃES, 1960-1974

Distribuição por freguesias

Inseridas na área urbana da cidade	
Azurém	8
Costa	3
Creixomil	13
Fermentões	2
Gondar	6
Mascotelos	2
Mesão Frio	1
Oliveira do Castelo	7
Polvoreira	8
São Cristóvão de Selho	3
São Martinho de Candoso	2
São Paio	12
São Sebastião	13
Silvares	1
Urgezes	5

Predominantemente urbanas	
Conde	2
Gandarela	1
Guardizela	1
Nespereira	3
Vermil	1

Mediamente urbanas	
São João Baptista de Airão	1

Com estatuto de vila	
Caldas das Taipas	3
Lordelo	9
Moreira de Cónegos	12
Ponte	2
Ronfe	3
São Jorge de Selho	8
São Torcato	1
Serzedelo	1

Antigas freguesias	
Infias	2
São João das Caldas de Vizela	6
São Miguel das Caldas de Vizela	7

Fonte: Elaboração própria com base em documentação notarial.

Relativamente ao valor dos investimentos efectuados nestas novas empresas ao longo do período em estudo, verifica-se que são muito pouco numerosos os que representam um valor apreciável. Destacando os 20 maiores investimentos industriais efectuados em novas empresas, apenas 25% apresentam um valor superior a 6.000 contos, englobando aqui o caso particular da Fábrica de Malhas Amor, Lda, constituída em 1967 por acordo dos credores da A. Mourão, Lda, e que virá a ser dissolvida poucos anos depois. Continua a predominar um considerável número de pequenas empresas embora quase todas delas – com excepção de duas – tenham sido fundadas nos primeiros anos do período em estudo, ou seja, no início da década de 1960. A maior parte das empresas fundadas na década de 1970 apresentam os investimentos de maior valor, sendo a mais significativa a ETA – Empresa Têxtil de Acabamentos, Lda, fundada em Janeiro de 1974 com o intuito principal, mas não único, de acabar os tecidos fabricados pela Somelos, a qual apresenta um capital social de 30.000 contos.

QUADRO VII

20 MAIORES INVESTIMENTOS INDUSTRIAIS EM NOVAS EMPRESAS (1960-1974)

Data	Empresa	Valor (em contos de reis)
14/01/1974	ETA – Empresa Têxtil de Acabamentos, Lda.	30.000
9/04/1969	Sociedade Têxtil da Cuca, Lda	15.000
15/08/1973	Sociedade Têxtil Tearfil, Lda	10.000
28/12/1973	Fábrica de Tecidos de Vila Pouca, Lda.	10.000
18/08/1967	Fábrica de Malhas Amor, Lda	7.752,62
1/01/1964	Agostinho da Silva Areias, Filhos & C. ^a Lda.	6.000
29/12/1967	António Vieira de Abreu & Filhos, Lda	5.000
28/03/1969	Luzcor - Malhas e Confeções, SARL	5.000
11/05/1973	Luzmonte – Empresa Têxtil SARL	5.000
26/09/1964	Fifitex – Fiação de Fibras Têxteis, Lda	3.000
2/01/1965	Mogofil – Sociedade Têxtil António Moreira Gomes, SARL	3.000
16/02/1968	Joaquim da Silva Marques & Filhos, Lda	3.000
8/03/1969	Fábrica de Tecidos da Baganheira de Afonso Augusto da Costa & Filhos, Lda	3.000
27/04/1971	ASTOR – Empresa Industrial de Malhas, SARL	2.500
7/03/1969	Manuel Lopes de Barros, Filho & C. ^a , Lda.	2.200
8/10/1966	Sociborda - Sociedade de Bordados, Lda	2.100
31/03/1965	Joaquim Coelho Lima & Filhos, Lda - Lameirinho – Indústria	2.000
5/04/1966	Etelor Serviços Têxteis	2.000
25/07/1967	Sociedade Têxtil Luís Correia, SARL	2.000
27/12/1967	Gomes, Filhas & C. ^a , Lda	2.000
31/12/1969	Joaquim Teixeira & Filhos, Lda.	2.000
21/06/1967	Sociedade de Fiação e Tecelagem do Saganhais, Lda	1.250

Fonte: Elaboração própria com base em documentação notarial.

O Quadro VIII dá-nos uma ideia mais precisa do valor dos montantes efectuados nestas novas empresas ao longo do período em estudo confirmando a prevalência dos baixos investimentos, os quais se centram no intervalo 251-500 contos, correspondendo a 41 empresas, seguido do intervalo 101-250 contos, com 33 empresas, do intervalo 51-100 contos, que apresenta 23 empresas e, finalmente, do intervalo 501-1.000 contos, com 25 empresas. Conclui-se facilmente que 84,9% das empresas fundadas neste período dispunham de um capital inferior a 1.000 contos, existindo sete delas que foram fundadas com um capital social inferior a 50 contos. Três destas empresas irão ser dissolvidas e liquidadas – a Fábrica de Tecidos A Flor do Ave, Lda, das Caldas das Taipas, logo em 1963, a Ermel – Confeção de Malhas, Lda, de São Paio, e a Monteiro & Pereira, Lda., de Moreira de Cónegos, ambas em 1972 –, mantendo-se as restantes – a Mário Almeida & Irmão, Lda, de Creixomil, a M. Rosa Bourbon Sampaio & C.^a, Lda, de Gondar, a Fontão & Salgado, Lda., de São João das Caldas de Vizela, e a A. Moura & C.^a, Lda, de Azurém –, em laboração até muito depois do 25 de Abril, tendo a primeira efectuado, em 1964, um aumento de capital de 500 contos.

QUADRO VIII

N.º DE EMPRESAS SEGUNDO O MONTANTE DO INVESTIMENTO
NA SUA CONSTITUIÇÃO (1960-1974) (*)

Valores (em contos de reis)	N.º de empresas
≤ 50	7
51 – 100	23
101 – 250	33
251 – 500	41
501 – 1.000	25
1.001 – 1.500	3
1.501 – 2.000	5
2.001 – 5.000	10
5.001 – 10.000	4
10.001 – 20.000	1
> 20.000	1

(*) Desconhece-se o valor do capital de duas fábricas.

Fonte: Elaboração própria com base em documentação notarial.

Um último aspecto que podemos retirar deste processo verificado após a entrada do país na EFTA até ao 25 de Abril de 1974 diz respeito aos anos em que foram efectuados os maiores investimentos na criação de novas empresas têxteis, os quais correspondem aos dois anos imediatamente anteriores ao 25 de Abril – 1973 (34.405 contos) e 1974 (33.980 contos) –, tendo em consideração que, precisamente, o ano de 1974 só contempla o primeiro quadrimestre. Na década de 1960, apenas se destacam os anos de 1967 (19.652,6 contos) e de 1969 (29.750), ambos já próximos do terminus do período em análise.

QUADRO IX

TOTAL DO CAPITAL INVESTIDO NA CONSTITUIÇÃO DE EMPRESAS (1960-1974)

Ano	Total do capital investido (em contos de reis)
1960	450 (*)
1961	674,8 (*)
1962	850
1963	1.700
1964	11.730
1965	10.450
1966	9.125
1967	19.652,6
1968	5.440
1969	29.750
1970	2.300
1971	6.550
1972	3.610
1973	34.405
25/04/1974	33.980

(*) De uma fábrica não se conhece o valor do capital.

Fonte: Elaboração própria com base em documentação notarial.

3. Uma outra realidade: as Sociedades Anónimas de Responsabilidade Limitada – viragem para as exportações através de indústrias ligeiras e produtoras de bens finais

Entre o total das empresas que se encontravam em laboração durante o período em análise – englobando, por conseguinte, algumas fundadas antes de 1960 – destaca-se um número relativamente reduzido de 19 empresas que foram fundadas ou, no caso de já existirem, vieram a transformar-se em Sociedades Anónimas de Responsabilidade Limitada (SARL). Este tipo de sociedades apresentava um conjunto de vantagens para os investidores, tais como um menor risco nos negócios (uma vez que o seu património pessoal não respondia pelas responsabilidades assumidas pela empresa), a constituição de uma reserva legal dos lucros (proporcionando uma maior segurança ao investimento), a apresentação em assembleia anual dos resultados obtidos e respectivas contas, e ainda uma maior facilidade na obtenção de recursos financeiros junto do sector bancário. Será, precisamente, com base numa análise dos exemplares disponíveis dos Relatórios e Contas anuais destas sociedades que iremos apresentar algumas das principais características e problemas com que o sector têxtil vimaranense se confrontou após a entrada de Portugal na EFTA até ao 25 de Abril de 1974.

QUADRO X

SOCIEDADES ANÓNIMAS DE RESPONSABILIDADE LIMITADA CONSTITUÍDAS ENTRE 1960 E 1974

4/01/1964	Sociedade Têxtil M. P. Ferreira Leite, SARL
7/01/1964	Sociedade Têxtil J. Teixeira, SARL
29/12/1964	Fábrica de Malhas ALBI, SARL
1/01/1965 (1)	Sociedade Têxtil António José Lopes Correia, SARL
2/01/1965	Fábrica de Tecidos do Carvalho, SARL (Ex- Mogofil – Sociedade Têxtil António Moreira Gomes, SARL)
8/07/1965 (2)	TARF – Têxtil Alberto Rodrigues de Figueiredo, SARL
3/12/1965	Empresa de Malhas Ribave, SARL
28/01/1966	Lusaustri - Companhia de Bordados, SARL
27/04/1966	Empresa de Fiação Manuel Gonçalves, SARL
25/07/1967	Sociedade Têxtil Luís Correia, SARL
27/11/1967 (3)	Têxtil Joaquim de Sousa Oliveira & Filhos, SARL
28/12/1967 (4)	Sociedade Têxtil Albano Coelho Lima, Lda – Coelima, SARL
28/03/1969	Luzcor - Malhas e Confeccções, SARL
16/06/1969	Sociedade Têxtil Progresso de Covas, SARL
1/11/1970 (5)	Têxtil António Ribeiro da Cunha, SARL
27/04/1971	ASTOR – Empresa Industrial de Malhas, SARL
11/06/1971 (6)	Sociedade Mercantil do Minho, SARL
23/12/1971 (7)	Indústrias Têxteis Somelos, SARL
11/05/1973	Luzmonte – Empresa Têxtil SARL

(1) Já existia, fundada em 1/07/1926. (2) Fundada em 14/04/1917. (3) Fundada em 1936. (4) Fundada em 22/12/1954.

(5) Fundada em 13/04/1928. (6) Fundada em 19/04/1923. (7) Fundada em 22/01/1958.

Fonte: Elaboração própria com base em documentação notarial.

Entre todas estas empresas têxteis do concelho de Guimarães há que referir o caso da ASTOR – Empresa Industrial de Malhas, SARL, a qual constituiu uma excepção pois tendo adquirido, em Maio de 1971, as máquinas, acessórios, matérias-primas e mercadorias da secção de cortinados de uma fábrica de Guimarães, em Setembro-Outubro de 1972 transferiu-se para Moreira da Maia, pelo que não a consideraremos na análise a efectuar.

3.1. Exportação para as colónias

Uma das razões que levaram Salazar a aceitar a adesão de Portugal à EFTA, uma entidade constituída por países europeus e que contribuía para uma maior integração das economias europeias, prendia-se com o facto de tal opção não inviabilizar a continuidade das relações económicas com as colónias, representando assim uma solução de compromisso, com a vantagem de proporcionar um novo e importante mercado para as exportações portuguesas. Para além disso, a EFTA afirmava-se como um espaço de livre câmbio e não uma união aduaneira, como a então Comunidade Económica Europeia (CEE), não obstante a participação de qualquer país, tanto numa como na outra, implicar alterações nas suas estruturas económicas que se iriam necessariamente fazer sentir. Uma opção que na época não deixou de provocar alguma celeuma, pois debatiam-se então duas opções divergentes: a de se constituir um “mercado comum português” ou um “espaço económico português”¹², com base num aprofundamento das relações económicas da metrópole com as colónias, e uma outra, defendendo a inserção do país no movimento de integração europeia, através da adesão à EFTA. Por conseguinte, a vantagem desta última, era permitir uma flexibilidade que seria impossível encontrar num acordo com a então CEE: *“em primeiro lugar, enquanto do lado comunitário só se admitiam acordos de associação com países de regime democrático, na EFTA, que era um arranjo puramente comercial, não se punham condições de ordem política. Em segundo lugar, enquanto a associação com a CE-6 implicaria a transição para uma união aduaneira, com a aplicação de uma pauta alfandegária comum, a EFTA, assente num modelo de zona de comércio livre, deixava aos seus países membros plena autonomia aduaneira nas relações com terceiros países. Essa característica era especialmente importante para Portugal: ela permitia manter relações preferenciais de comércio com as colónias sem ter de pôr em causa uma das traves mestras da política colonial do regime. Em terceiro lugar, a EFTA não abrangia os produtos agrícolas, o que evitava problemas de concorrência que a agricultura portuguesa não estava em condições de enfrentar”*¹³.

A criação do Espaço Económico Português visava a integração dos mercados de todas as colónias portuguesas na economia nacional, um objectivo bastante optimista uma vez que se previa alcançá-lo num prazo de dez anos, a contar de 1 de Janeiro de 1962, quando seriam suprimidos todos os impedimentos à livre circulação de mercadorias entre os vários territórios nacionais, ou seja, entre a metrópole e as colónias, e estas entre si. Até lá proceder-se-ia a uma eliminação gradual dos direitos aduaneiros internos e das restrições quantitativas ao comércio entre estes territórios, medidas que se apoiariam num sistema de pagamentos interterritoriais, *“que permitisse a regularidade das transferências, assegurasse a intertransferibilidade das moedas e facilitasse a resolução de certos desequilíbrios monetário-cambiais, tudo em conformidade com os objectivos de manutenção da estabilidade financeira interna e de solvabilidade exterior da moeda portuguesa”*¹⁴. Na realidade, não havia lugar para optimismos. Não muito tempo após a sua entrada em vigor constatou-se que o sistema não estava a proporcionar os resultados esperados, nomeadamente quanto ao sistema de pagamentos interterritoriais, que rapidamente ficou bloqueado pela acumulação de créditos das empresas da metrópole sobre as das diferentes colónias – principalmente de Angola e de Moçambique –, gerando-se enormes atrasos na satisfação desses pagamentos. Esta dificuldade das transferências cambiais das colónias para a metrópole devia-se, essencialmente, à falta de cobertura, ou seja, à indisponibilidade financeira para financiar o comércio interterritorial. Deste modo,

12 O Governo de Salazar acabou mesmo por criar o “espaço económico português”, através do Decreto-Lei n.º 44.016, de 8 de Novembro de 1961, uma vez que a entrada na EFTA obrigara o país a aderir ao GATT – General Agreement on Tariffs and Trade (Acordo Geral sobre Tarifas e Comércio), nesse mesmo ano. Esta adesão criara um problema jurídico, uma vez que, de acordo com o GATT, as preferências até então existentes na transacção de mercadorias entre a metrópole e as colónias teriam de ser consolidadas, o que impossibilitava a sua expansão, salvo se aqueles territórios passassem a constituir uma zona de comércio livre ou uma união aduaneira. Como o Governo não podia aceitar a consolidação viu-se obrigado a constituir uma zona de comércio livre, o denominado “espaço económico português”.

13 José Silva Lopes (1996), *Op. cit.*, pp. 116-117.

14 Decreto-Lei n.º 44.016, publicado no *Diário do Governo*, Lisboa, n.º 259/1961, Série I, de 8 de Novembro de 1961, p. 1371.

foram-se acumulando os défices e protelando a execução atempada das ordens de pagamento (não liquidadas) às empresas credoras da metrópole, problema que ficou conhecido como os “*atrasados do ultramar*”. Para além disto, o regime alimentava a ficção de que os escudos das colónias se encontravam equiparados ao escudo metropolitano, existindo, por conseguinte, liberdade de conversão entre as várias moedas, mas dadas as diferentes políticas monetárias praticadas na metrópole e nas colónias tal acabava por não ter tradução prática. Na realidade, estes problemas eram também devidos ao facto do denominado Espaço Económico Português se encontrar totalmente desadaptado às realidades económicas dos territórios envolvidos, uma vez que as estruturas económicas da metrópole eram então bastante superiores às das existentes nas colónias.

A dificuldade das transferências cambiais constituía um dos temas mais salientados pelas empresas têxteis vimeanenses durante o período em análise. Embora algumas tivessem reduzido as vendas para aqueles territórios – por exemplo, a Sociedade Têxtil M. P. Ferreira Leite, cujas mercadorias transacionadas nos mercados do continente e estrangeiro, particularmente neste último, apresentavam em 1972 margens de lucro superiores às efectuadas para as colónias –, e outras os tivessem abandonado por completo, permanecia ainda um número significativo de empresas que não obstante a demora das transferências continuava a preferir exportar para África, como era o caso da Fábrica de Malhas ALBI, que em 1970 exportava para Angola e Moçambique cerca de 50% da sua produção global, da Têxtil Joaquim de Sousa Oliveira & Filhos, que alegava não poder deixar de enviar os seus produtos para as colónias de África, nomeadamente para Angola, onde aqueles tinham boa aceitação e consumo, ou da Sociedade Têxtil M. P. Ferreira Leite, que manteve-se a predominância das vendas para os mercados coloniais registando, no balanço efectuado em 1974 uma duplicação dos seus lucros.

Os atrasos nas transferências, que a partir do início da década de 1970 chegaram a ultrapassar os 12 meses, impunha às empresas a assunção de elevados encargos bancários¹⁵, numa época em que os juros dos bancos começavam a registar aumentos progressivos, o que agravava as dificuldades, tanto mais que o Governo não só retinha o dinheiro das empresas que exportavam para as colónias como as obrigava a pagar os respectivos juros. Embora associada a outros aspectos, esta situação chegou a contribuir para resultados negativos, como se verificou em 1972 com a Sociedade Têxtil J. Teixeira, que os justificou pelo decréscimo das vendas, mas também pelo aumento dos juros pagos aos bancos respeitantes a letras sobre as colónias, já liquidadas, mas ainda por transferir. Como as empresas referiam, tratava-se de uma situação provocada por um elemento anómalo, economicamente parasitário, que se projectava e influía decisivamente nos resultados líquidos da actividade empresarial. Por exemplo, a Sociedade Têxtil M. P. Ferreira Leite, de 1964 a 1973 pagou o elevado montante de 30.000 contos de juros, uma verba que a mesma considerava indevida. Também a Fábrica de Malhas ALBI se lamentou com as restrições impostas pelo Governo às exportações para as colónias, nomeadamente com a entrada em vigor do já referido Decreto-Lei n.º 478/71, de 6 de Novembro, reformando o sistema de pagamentos interterritoriais, o qual instituíra o regime de registo prévio para todas as operações de importação de mercadorias a realizar pelas colónias, restrições que então afectaram as suas vendas em mais de 1.500 contos.

Os créditos imobilizados prejudicavam inúmeras empresas e o seu montante podia atingir algumas dezenas de milhares de contos, como nesta época se chegou a verificar com a Sociedade Têxtil António José Lopes Correia ou com a Sociedade Têxtil M. P. Ferreira Leite, não obstante as promessas de Marcelo Caetano, que então anunciara a liquidação dos “*atrasados do ultramar*” até ao final de 1974. A situação agravou-se nos últimos anos do regime do Estado Novo, com a promulgação do supracitado Decreto-lei 478/71, de 6 de Novembro, que limitava as importações por parte das colónias de Angola e Moçambique, modificando também o sistema de pagamentos interterritoriais, o que afectou inúmeras empresas, principalmente as fornecedoras daquelas duas colónias, como então se verificou com a Sociedade Mercantil do Minho.

¹⁵ Ainda que, de um modo geral, nesta época as empresas não tivessem grande dificuldade na obtenção de crédito bancário.

Outras empresas, como era o caso da Sociedade Têxtil M. P. Ferreira Leite, consideravam que os problemas de exportação para as colónias tinham instalado uma crise comercial, pelo que equacionavam então várias possibilidades para minorar os efeitos negativos daquela situação. Estas, passavam pela procura de novos mercados, tanto em Portugal Continental¹⁶ como no estrangeiro, pela redução das vendas para as colónias ou, inclusivamente, pela instalação de uma fábrica de confecções em Angola.

3. 2. Dificuldades causadas pela emigração

Um segundo problema, inúmeras vezes referido pelas empresas têxteis vimaranenses, principalmente a partir dos finais da década de 1960, dizia respeito à crescente dificuldade em disporem de mão-de-obra qualificada, em virtude do aumento da emigração de operários especializados para países europeus como a França e a Alemanha¹⁷. São inúmeras as referências a esta situação, que assume então uma considerável importância, sendo particularmente afectadas, entre outras, a Sociedade Têxtil António José Lopes Correia, a TARF, a Empresa de Malhas Ribave, a Luzcor - Malhas e Confecções e a Sociedade Têxtil Progresso de Covas.

Nalgumas empresas, como a Fábrica de Tecidos do Carvalho, o acentuar da emigração obrigou-a à “*paralisação de vários elementos de produção, e à admissão de pessoal aprendiz, com toda a gama de inconvenientes próprios de uma aprendizagem acelerada*”. Outras, como a Fábrica de Malhas ALBI ou a Têxtil Joaquim de Sousa Oliveira & Filhos, numa tentativa de fixação da mão-de-obra, anunciaram a construção de bairros operários, tendo a primeira chegado a adquirir terrenos no valor de 1.200 contos, onde o futuro bairro, com 30 casas, se iria implantar. Outra estratégia posta em prática para a resolução deste problema foi a criação de Centros ou Escolas de formação profissional. Optaram por esta solução, as Indústrias Têxteis Somelos, cuja Escola de formação profissional entrou em funcionamento em 1971, e a Coelima, que em 1973 anunciava a grande actividade desenvolvida pelo seu Centro, com vista à formação profissional acelerada de operários recentemente contratados, para substituírem os que tinham emigrado¹⁸. Em 1971 esta última inaugurou também uma Cantina, que servia 1.200 refeições diárias a preços inferiores ao seu custo, assim como uma cooperativa de consumo, e no ano seguinte instalou um pavilhão gimnodesportivo,

Para além de quebras de produção devido à carência de operários especializados, esta situação acarretava uma outra consequência, representada pelo agravamento do custo da mão-de-obra, que nos primeiros anos da década de 1970 afectava a maioria das empresas têxteis vimaranenses, contribuindo para o aumento dos custos de produção.

¹⁶ Não obstante a situação de sobreoferta provocada no mercado interno pela contingentação das colónias.

¹⁷ Ver, a propósito, o trabalho de Mariana Rei, que tem vindo a estudar a emigração de operários têxteis de Guimarães para Roubaix-Tourcoing, em França, nas décadas de 1960-70. Cf. Mariana Rei (2019), “Memórias do trabalho e das migrações na indústria têxtil (anos 1960-70). O caso da Companhia de Fiação e Tecidos de Guimarães”, *Boletim de Trabalhos Históricos*, Guimarães, Série III, Volume VIII, pp. 57-77.

¹⁸ Um problema relacionado com as características do capital humano então disponível e que, curiosamente, não surge referida por estas empresas, era o das elevadas taxas de analfabetismo que afectavam o operariado têxtil, as quais, ao longo destes anos, variaram entre os 25% e os 30%.

3.3. Modernização das instalações e dos equipamentos industriais

O desafio que constituiu a entrada de Portugal na EFTA proporcionou às empresas nacionais fortes possibilidades de auferirem consideráveis lucros com a exportação dos seus produtos para mercados altamente rentáveis mas, em contrapartida, onde existia uma forte concorrência, em parte resultante do elevado nível de exigência na qualidade dos produtos fabricados assim como na sua apresentação. Deste modo, para fazerem face à situação e não desperdiçarem essa excelente oportunidade, as empresas têxteis vimezanenses foram obrigadas a desenvolver esforços no sentido de se actualizarem e acompanharem os progressos tecnológicos, reapetrechando as suas unidades produtivas. Elas próprias estavam conscientes dessa realidade. Já em 16 de Fevereiro de 1960 a Sociedade Têxtil António José Lopes Correia salientava que era *“indispensável que todas as fábricas reúnam boas condições técnicas e económicas para poderem trabalhar em concorrência no mercado internacional”*. Também a Têxtil Joaquim de Sousa Oliveira & Filhos admitiu em 1970 a necessidade de *“desenvolver a capacidade de produção da unidade industrial, único meio de se poder competir, principalmente nos mercados externos”*. Efectivamente, não só era indispensável aumentar a qualidade, mas também a produtividade, a qual, comparativamente, ainda se encontrava longe dos valores conseguidos pelas suas congéneres na maior parte dos países da Europa, como nos anos 70 salientava a Somelos, anunciando a realização de esforços para a superação dessa situação.

O aumento da produtividade e da qualidade dos produtos passava, por conseguinte, por uma continua modernização de equipamentos e, em muitos casos, pela melhoria das instalações. Uma boa parte destas empresas apostaram decididamente na satisfação destes objectivos alcançando, consequentemente resultados bastante positivos. Um dos casos interessantes é o da Sociedade Têxtil António José Lopes Correia, que logo desde 1961 deu continuidade a uma modernização de equipamentos que já vinha efectuando desde a década anterior, construindo novas instalações para a fição média e grossa, procedendo também à remodelação parcial da tecelagem, da tinturaria e da central de vapor, melhoramentos que ficaram concluídos em 1963. Dois anos depois foram adquiridas novas máquinas de fição, e em 1973 a fição foi ampliada e modernizada, assim como parte da tecelagem, que foi renovada com teares automáticos de alta produção. O resultado desta orientação não só proporcionou um incremento da capacidade produtiva como um proporcional e apreciável aumento das vendas (que em 1973 subiram 59% em relação ao ano anterior), gerando nesse ano o avultado lucro de mais de 7.000 contos. Era evidente que o crescimento da produtividade, consequência do reapetrechamento industrial, contribuía decisivamente para o aumento dos lucros. A fim de garantirem essa política de investimento intensivo na modernização dos seus equipamentos muitas empresas como, por exemplo, a TARG ou a Têxtil Joaquim de Sousa Oliveira & Filhos, não distribuíram dividendos aos accionistas durante períodos consideráveis, em particular nos últimos anos do período em análise, quando começaram a defrontar uma cada vez maior concorrência a nível internacional. Por conseguinte, o reapetrechamento industrial que grande parte destas empresas empreendeu só foi possível porque investiram nele todos os lucros então obtidos, não procedendo a qualquer distribuição de dividendos.

Algumas empresas assumiam claramente esta orientação de investir continuamente no seu apetrechamento industrial pois tinham perfeita consciência dos resultados positivos que a mesma engendrava. A Têxtil Joaquim de Sousa Oliveira & Filhos afirmava no seu Relatório e Contas de 1972 que a *“aquisição de novos mecanismos, mas também construção de novos edifícios industriais, com vista a obter um maior rendimento da produção, constituía o único meio de se conseguir novos fabricos e um maior estímulo por parte dos mercados, nomeadamente dos externos”*. Os bons resultados chegaram rapidamente, com um acentuado aumento da produção, que teve repercussão nas vendas efectuadas, as quais foram 40% superiores em relação ao ano anterior. A TARG, é um bom exemplo do efeito do investimento em novos maquinismos, com o aumento da produção e do volume de vendas. Tendo iniciado em 1970 o reapetrechamento da unidade industrial, obteve no ano seguinte um aumento dos lucros na ordem dos 25%, com o volume de vendas a aumentar em mais 7.000 contos. Não obstante as despesas com o pessoal, e o

sempre crescente aumento do preço das matérias-primas, que em 1972 foram superiores em mais 3.000 contos, o volume de vendas continuou a aumentar, cifrando-se em mais 15.000 contos. Em 1973, a produção aumentou em mais de 30% e o volume de vendas foi superior em mais de 28 mil contos ao do ano anterior, situação que teve continuidade em 1974, alcançando um volume de vendas superior em cerca de 30% em relação ao ano anterior, verificando-se o mesmo valor com os lucros auferidos nesse ano.

Neste domínio da modernização das instalações e equipamentos industriais a Coelima pode considerar-se um caso à parte. No seu Relatório de 1970 salientava a sua postura de continuar “*na senda de expansão de actividade e volume de negócios, baseada em cuidadoso esquema de prospecção de mercados, no qual se inseriu um significativo programa publicitário, (...) especialmente dirigido às novas relações comerciais, particularizando o mercado externo*”, tendo no ano seguinte adquirido “*equipamento moderno que satisfaça as exigências apuradas pelos nossos serviços de marketing na prospecção dos diferentes mercados actuais e potenciais*”. Simultaneamente realizou obras de ampliação dos edifícios fabris, instalando diversos equipamentos de moderna concepção técnica, substituindo alguns dos existentes, afectados pelo enorme desgaste resultante da sua utilização intensiva (regime de laboração em três turnos) e, em 1972, criando uma nova secção de estampania. Esta orientação, baseada numa preocupação pela diversificação de mercados, pela conquista de mercados externos, mantendo a continuidade na política de investimento intensivo a fim de enfrentar a concorrência que, com a integração europeia, se tornava cada vez mais intensa, produziu os seus frutos em termos de resultados financeiros, que foram bastante apreciáveis. Apesar das permanentes reclamações contra a subida do preço das matérias-primas e subsidiárias, o aumento de encargos com a mão-de-obra, e os problemas de conjuntura surgidos a partir de 1973 (incontrolada inflação das matérias-primas e instabilidade cambial), nos anos finais do Estado Novo os resultados líquidos da empresa foram sempre crescentes: em 1971 obteve um aumento de 20.000 contos nas vendas, relativamente ao ano anterior, em 1972 as vendas ultrapassaram a expectativa – apontando claramente resultarem dos novos mecanismos instalados –, em 1973 o volume de vendas ultrapassou o previsto em cerca de 70.000 contos, e em 1974 viria a ultrapassar em mais de 200.000 contos o do exercício anterior.

Algumas empresas evidenciaram nesta época uma cada vez maior preocupação pela inovação. Já referimos o caso da Coelima, que criou serviços de marketing para a prospecção dos diferentes mercados, devendo ser também salientado o exemplo das Indústrias Têxteis Somelos, que no seu Relatório de 1971 referiam ter dado “*a maior proeminência ao sector da engenharia industrial, que engloba a racionalização do trabalho, a planificação de toda a produção da fábrica e o controle, quer dos serviços, quer da qualidade dos produtos. É este um dos sectores em que nos encontramos mais altamente empenhados, convencidos de que só com a integração de avançadas técnicas de organização nos podemos preparar para concorrer no futuro, equiparadamente, nos mercados externos, pois não podemos afastar a ideia de que os novos conceitos de integração europeia exigem das nossas estruturas evolução capaz de enfrentar os condicionalismos desses mercados*”.

Importa também salientar que estas iniciativas para aproveitamento das oportunidades que então se abriam à indústria têxtil nacional com a entrada do país na EFTA beneficiaram bastante do apoio do Fundo de Fomento de Exportação. Criado em 2 de Setembro de 1949 e tendo sido já classificado por alguns autores como “*o momento fundador da moderna diplomacia económica portuguesa*”¹⁹ –, o Fundo de Fomento de Exportação concedia auxílio financeiro às empresas que pretendiam participar em feiras e exposições internacionais, organizava acções de promoção de produtos nacionais com vista ao incremento das exportações, facultava apoio técnico às empresas exportadoras, ou seja, realizava um conjunto de iniciativas que contribuíam fortemente para a afirmação destas empresas nos mercados internacionais.

¹⁹ Manuel Ennes Ferreira e Francisco Rocha Gonçalves (2009), “Diplomacia económica e empresas de bandeira: o caso da Galp e da Unicer em Angola”, *Relações Internacionais*, Lisboa, n.º 24, p. 119.

3. 4. O Acordo de Bruxelas e as novas oportunidades comerciais

A 22 de Julho de 1972 foi assinado em Bruxelas o acordo entre Portugal e a Comunidade Económica Europeia (então também conhecida por Mercado Comum), oficialmente designado por Acordo de Comércio Livre Portugal-CEE. O Reino Unido e a Dinamarca tinham anunciado a saída da EFTA e solicitado a sua adesão à CEE, a qual se viria a verificar em 1 de Janeiro de 1973. Criou-se, assim, uma situação desfavorável para a EFTA, que ficava consideravelmente enfraquecida com a saída de dois dos seus mais importantes membros. Para se resolver a situação, os países que permaneceram na EFTA decidiram negociar com a CEE acordos bilaterais de comércio livre, com o objectivo de conservarem, no fundamental, o regime favorável que até então vigorava nas suas relações comerciais com o Reino Unido e a Dinamarca, ao mesmo tempo que obtinham uma situação equivalente com os outros seis membros da CEE. Portugal viu-se obrigado a *“acompanhar esse movimento, até porque, com a exclusão dos mercados britânico e dinamarquês, a quota da EFTA nas exportações nacionais descia de 35% para 14% (valores de 1971-1972)”*²⁰.

Num momento em que Portugal já estava a sentir fortemente o isolamento internacional decorrente da sua política de manutenção da guerra colonial e não reconhecimento do direito de autodeterminação das colónias²¹, o facto deste Acordo se encontrar integrado num conjunto de acordos similares com os outros países que tinham permanecido na EFTA possibilitou a sua concretização, caso contrário o mesmo não teria sido possível. Para além disso, os sectores ultraconservadores do regime não viam com bons olhos esta aproximação do país à CEE, a qual, na realidade, representava um progressivo fortalecimento das relações de Portugal com aquele organismo na perspectiva de uma futura integração europeia. Por conseguinte, no momento em que Portugal assinava o Acordo de Bruxelas, como também era conhecido o Acordo de Comércio Livre entre Portugal e a CEE, o editorial do *Jornal Português de Economia e Finanças*, porta-voz desse sector ultraconservador, comentava deste modo o acontecimento: *“O nosso País pretende, e por certo conseguirá, conquistar um clima económico europeu. Mas a Europa, como supernação, é para nós não um ideal mas um perigo. Os nossos verdadeiros interesses estão noutra lado. As razões de ser da nossa sobrevivência como Nação não poderão ser procuradas no Tratado de Roma ou no funcionamento das instituições supranacionais de Bruxelas. Se, na Europa, há países que não tenha vocação europeia é o nosso. Reconhecer o que é evidente nem chega a ser prova de inteligência”*²².

O Acordo de Bruxelas, entrou em vigor a partir de 1 de Janeiro de 1973, possibilitando a exportação para um mercado então com trezentos milhões de consumidores. As trocas comerciais, realizadas no seu âmbito, processavam-se de um modo muito semelhante ao que Portugal então realizava no seio da EFTA, contudo, abrangendo apenas os produtos industriais. Mas as exportações portuguesas ficavam sujeitas a duas importantes limitações: a primeira, em relação a alguns produtos de origem agrícola mas transformados industrialmente, como o concentrado de tomate e as conservas de peixe; a segunda, que nos interessa em particular, concedia à CEE *“a faculdade de, nalguns produtos considerados sensíveis, deixar de aplicar os benefícios das reduções pautais programadas quando fossem excedidos determinados plafonds quantitativos expressamente fixados para esse efeito. As limitações desse tipo afectavam vários produtos têxteis e de vestuário”*²³, entre outros. No que diz respeito às empresas têxteis vimaranenses, os resultados dos exercícios dos anos imediatamente posteriores à adesão de Portugal ao Acordo de Bruxelas foram, de um modo geral, extraordinariamente positivos. Deste modo, embora

20 José Silva Lopes (1996), *Op. cit.*, p. 119.

21 Situação que se agravava a partir de 1960, quando a ONU adoptou a Declaração sobre a Concessão da Independência aos Países e Povos Coloniais (Resolução 1514 (XV) da Assembleia Geral, de 14 de dezembro de 1960).

22 “Mercado Comum. Acordo comercial em perspectiva”, *Jornal Português de Economia & Finanças*, Lisboa, Ano XX, n.º 271, de 16-31 de Julho de 1972, p. 10

23 José Silva Lopes (1996), *Op. cit.*, p. 121.

não haja dados quantitativos, com base neste indicador poderemos dizer que os efeitos do Tratado sobre os referidos “*produtos sensíveis*”, como os têxteis, não os terão afectado muito significativamente. Por exemplo, segundo o Relatório de 1972 da Sociedade Mercantil do Minho, “*os acordos de Bruxelas foram para a têxtil mais promissores de oportunidades comerciais do que poderíamos imaginar pelo começo das negociações. Assim, e no que nos toca, abriram-se-nos perspectivas em mercados que nós sabíamos já concorrenciais em preços mas não ainda em qualidade e padronagem*”. A empresa considerava que em relação à CEE, os seus preços eram perfeitamente concorrenciais e, por esse motivo, em 1973 começaria a exportar para os países daquela união económica, assim como a Sociedade Têxtil Progresso de Covas que em 1974 canalizou uma boa parte da sua produção para os mercados europeus. Também as Indústrias Têxteis Somelos encaravam com uma expectativa positiva o Acordo de Bruxelas: “*criaram-se neste ano novos conceitos de dimensão de mercados com o alargamento do chamado Mercado Comum e o acordo bilateral assinado entre aquela associação e o nosso país. Embora o sector têxtil tivesse merecido por parte dos negociadores daquele acordo forte pressão restritiva na sua expansão, principalmente por intermédio da exportação de artigos confeccionados, depositamos muita esperança na sua evolução*”.

3.5. Crise petrolífera de 1973

A maior parte destas empresas não refere os efeitos que a crise petrolífera iniciada em Outubro de 1973, e que se prolongou até ao final do primeiro quartel do ano seguinte, provocou na sua actividade. No entanto, seguramente que aquela situação teve um impacto importante, como nos confirmam os dois testemunhos que foi possível obter. A Têxtil Joaquim de Sousa Oliveira & Filhos reconheceu que “*a crise petrolífera verificada no último trimestre de 1973 atingiu-nos verdadeiramente, pois a quase totalidade dos artigos que fabricamos tem por base fibras sintéticas. Assim, além do aumento verificado no seu custo, não nos foi entregue grande parte das matérias-primas (...) o que nos impediu de cumprir totalmente várias encomendas já confirmadas*”. Por seu turno, as Indústrias Têxteis Somelos salientaram que o ano de 1973 fora marcado por uma “*evolução marcadamente altista em quase todos os produtos que entram na nossa laboração, [referindo a] situação explosiva que se verificou principalmente a partir do 2.º semestre, com a subida quase diária das matérias-primas. A maioria dos produtos vinha aumentando o seu preço, mas após a chamada crise energética, que abalou profundamente a Europa, se não quase todo o Mundo, os aumentos verificados foram, quer por escassez, quer as mais das vezes por especulação, simplesmente alarmantes*”.

Como todos os países, Portugal sentiu as consequências da crise do petróleo, nomeadamente com o agravamento da taxa anual de inflação que se vinha manifestando deste o início da década de 1970, passando de 6,42 % (registada nesse ano) para 25,12 %, em 1974, constituindo um enorme aumento, que há muito não se verificava²⁴.

3.6. Resultados extremamente positivos

Não obstante as reclamações que regularmente as empresas alegavam em relação aos custos de produção, nomeadamente a alta de custos em todas as matérias-primas, o agravamento de salários (quer pela falta de mão-de-obra qualificada, quer pela entrada em vigor de um novo contrato colectivo), para além de outros aspectos, como a persistência do antigo problema da concorrência desordenada que se verificava no sector têxtil (e, inclusivamente, a concorrência desleal que algumas empresas afirmavam existir), o custo dos maquinismos que eram obrigadas a importar, ou ainda os problemas resultantes da instabilidade monetária provocada pela

24 Cf. “Inflação histórica Portugal – IPC”, URL: pt.inflation.eu/taxas-de-inflacao/portugal/inflacao-historica/ipc-inflacao-portugal.aspx.

grave crise do dólar, não há dúvida que, de um modo geral, a integração de Portugal na EFTA foi positiva para as empresas têxteis vimaranenses. Esta conclusão retira-se facilmente da análise dos Relatórios e Contas que temos vindo a utilizar, particularmente a partir dos finais da década de 1960, quando os resultados alcançados se revelam extraordinariamente positivos.

Para além dos que já foram anteriormente referidos iremos, de seguida, assinalar alguns exemplos desta realidade, verificada num conjunto ainda que limitado, de empresas. Em 1970, a Têxtil Joaquim de Sousa Oliveira & Filhos salientava ter obtido nesse ano uma produção avultada, que se traduzira num maior volume de vendas em relação ao ano anterior (mais de 9.000 contos), que no ano seguinte passou para um aumento na ordem dos 10.000 contos, com a situação económica a manifestar uma tendência de progressivo melhoramento. Em 1974, os seus resultados foram também superiores aos do ano anterior, com um *“elevado volume de vendas, decorrente de uma maior produção, consequência da entrada em funcionamento de novos maquinismos e mais modernos processos de fabrico, só possível pelo facto de reinvestirmos todos os lucros apurados em todos os exercícios anteriores”*.

Para a Sociedade Mercantil do Minho a exportação acentuou-se progressivamente ao longo do ano de 1972, *“para os mercados EFTA, e talvez um pouco mais do que seria de esperar, dadas as desvalorizações da libra e a contingentação finlandesa”*. Durante esse ano o volume de vendas foi superior em 8,3% relativamente ao ano anterior. Mesmo em 1973, em que a conjuntura do sector têxtil fora particularmente complexa, com uma subida geral e desequilibrada de todos os custos, em especial uma subida sem precedentes dos preços das ramas, *“para a indústria têxtil, foi um bom ano, excepcional até para uma boa parte das empresas do sector, especialmente para aquelas que souberam e puderam abastecer-se de ramas em boas condições e em quantidade suficiente e que, por outro lado, puderam e souberam aproveitar a inflação da procura e consequentemente realizar lucros excepcionais”*, tendo esta empresa registado um aumento de vendas na ordem dos 57%, com as exportações a triplicarem em relação ao ano anterior. O relatório deste ano da Sociedade Mercantil do Minho referia ainda um aspecto interessante, relacionado com o facto de necessitar de *“dar cada vez mais trabalho a feitiço, nomeadamente confecção, estamparia, acabamentos e até tecelagem, enquanto a fiação também não chega para as nossas necessidades, pelo que vimos comprando cada vez mais fio ao exterior”*.

Por último, as Indústrias Têxteis Somelos, realçavam a grande ajuda que em 1971 lhe tinha sido *“prestada com a criação do bónus extra em boa hora atribuído às exportações para mercados não EFTA, o que nos permitiu pressionar mercados da CEE fortemente competitivos, mas que já hoje se vão tornando pouco a pouco uma realidade e a tentar de novo o mercado imenso da América do Norte”*, não obstante este lhes ter criado problemas muito delicados, decorrentes da desvalorização do dólar. Ainda nesse ano, salientava ter ficado surpreendida com o despacho do Secretário de Estado da Indústria que criara *“novos conceitos na produção e comercialização de rama de poliéster, matéria-prima essencial à nossa laboração”*, verificando-se o mesmo no ano seguinte *“com a inoportuna e total liberalização do comércio da rama ultramarina”*, destacando ainda os *“problemas criados pela insuficiência da doca de Leixões, onde já há barcos que se recusam a tocar este porto de mar e armadores que aumentaram as taxas de frete, uns e outros pelas demoras a que são forçados por insuficiência das estruturas daquela importante via de comunicação marítima”*. Apesar de todas estas considerações, como aconteceu durante este período com uma boa parte destas empresas, os lucros líquidos da Somelos passaram de mais de 18.000 contos em 1972, para quase 62.000 contos em 1973 e para quase 54.000 contos em 1974, embora só os primeiros meses deste ano contem para o período em análise.

4. Empresas têxteis vimaranenses fundadas antes de 1 de Janeiro de 1960 e que nesta data ainda se encontravam em laboração

Quando Portugal entrou para a EFTA, em 1 de Janeiro de 1960, encontravam-se em actividade no concelho de Guimarães pelo menos setenta fábricas têxteis. Iremos analisar, de seguida, qual o comportamento de todas estas unidades industriais durante os catorze anos seguintes, até ao 25 de Abril de 1974, salientando desde já a dificuldade que este exercício implica, em virtude das fontes disponíveis serem muito escassas, situação que nos impossibilita de retirar muitas ilações.

O primeiro aspecto a assinalar prende-se com o número de unidades que foram dissolvidas durante este período, na maioria dos casos por insolvência.

QUADRO XI

EMPRESAS DISSOLVIDAS NO PERÍODO 1960-1974

Fundação	Data da insolvência	Denominação
29/08/1951	19/01/1962	Estamparia do Alto da Ribeira, Lda
2/06/1953	18/04/1962	Barros & Correia, Lda
20/12/1941	27/06/1963	José Baptista Sampaio e Silva, Lda.
1917	1/08/1963	Empresa Têxtil da Cuca, Lda
1/01/1953	3/02/1965	Fábrica de Tecidos Estrela do Lugarinho, Lda
10/08/1928	23/07/1965	Empresa Têxtil de Caneiros, Lda
21/07/1930	14/03/1967	Castro Leite, Mendes & Gonçalves, Lda./ Fábrica de Tecidos da Gaia, Lda
19/03/1946	18/06/1968	Fábrica de Fiação e Tecidos da Giesteira, Lda
3/07/1944	12/11/1968	Machado, Fernandes, Filhos, Lda
19/01/1949	21/12/1968	Francisco da Silva Areias, Filhos, Lda / Mesquita & Areias, Lda / Sociedade Têxtil Mesquita Lda
1873	1/05/1969	Bento dos Santos Costa & C.ª, Lda – Fábrica de Artefactos de Malha
26/08/1929	1/05/1969	J. R. Loureiro & C.ª, Lda
26/09/1945	28/06/1969	Sousa Júnior, Sucessores / Fábrica de Tecidos de Vila Flor (*)
29/10/1945	6/07/1970	Domingos Lopes de Barros, Lda
7/05/1890	22/10/1971	Companhia de Fiação e Tecidos de Guimarães, SARL

(*) Fundada em 14/06/1914, foi dissolvida em 26/09/1945, tendo voltado a laborar com outra denominação e transformada em sociedade por quotas de responsabilidade limitada.

Fonte: Elaboração própria com base em documentação notarial.

Como se pode constatar no Quadro XI a percentagem de falências durante o período em estudo foi de 21,4%. Uma cifra relativamente elevada embora a maior parte tenha ocorrido na década de 1960, traduzindo o bom clima económico que o sector têxtil vimaranense viveu nos últimos anos do Estado Novo, como anteriormente salientamos.

Um segundo aspecto que importa destacar prende-se com os aumentos do capital social que estas empresas registaram durante o período em análise.

QUADRO XII

AUMENTOS DE CAPITAL VERIFICADOS NO PERÍODO 1960-1974

Datas do aumento de capital	Valor do aumento	Novo valor do capital social	Denominação
28/10/1961	900 000\$00	1 000 000\$00	J. R. Loureiro & C. ^a , Lda.
13/11/1962	3 000 000\$00	4 000 000\$00	Sociedade Têxtil Albano Coelho Lima, Lda – Coelima
25/10/1965	31 000 000\$00	35 000 000\$00	
4/01/1968	15 000 000\$00	50 000 000\$00	
7/12/1973	50 000 000\$00	100 000 000\$00	
29/12/1962	1 500 000\$00	3 000 000\$00	João Ribeiro da Cunha, Filhos, Lda
31/12/1962	450 000\$00	500 000\$00	A Têxtil do Minho, Lda
10/01/1963	1 800 000\$00	2 500 000\$00	António Ribeiro da Cunha & Filhos, Lda
21/01/1963	5 000\$00	45 000\$00	Alves, Esteves & C. ^a , Lda
30/12/1963	1 700 000\$00	2 000 000\$00	Têxtil Vimaranesense, Lda
30/09/1964	(*)	250 000\$00	Fábrica de Tecidos de Crasto, Lda
3/12/1964	455 000\$00	500 000\$00	Costa, Oliveira & C. ^a , Lda
6/04/1965	1 000 000\$00	3 400 000\$00	Augusto Pinto Lisboa & Filhos, Lda
8/07/1965	8 100 000\$00	9 000 000\$00	TARF – Têxtil Alberto Rodrigues de Figueiredo, SARL
30/04/1968	16 000 000\$00	25 000 000\$00	
27/08/1965	2 709 000\$00	3 000 000\$00	António da Costa Guimarães, Filho & C. ^a , Lda
23/10/1965	10 560 000\$00	11 000 000\$00	Fábrica de Tecidos da Cruz de Pedra, Lda
9/03/1966	1 800 000\$00	2 000 000\$00	Empresa de Malhas, Lda
21/01/1969	3 000 000\$00	5 000 000\$00	
15/04/1966	386 100\$00	1 500 000\$00	Sociedade Têxtil Mesquita Lda
6/06/1966	800 000\$00	1 000 000\$00	Freitas & Filhos, Lda
29/06/1967	5 000 000\$00	5 600 000\$00	Empresa Industrial das Hortas, Lda
14/05/1968	10 000 000\$00	10 600 000\$00	
27/11/1967	49 000 000\$00	50 000 000\$00	Têxtil Joaquim de Sousa Oliveira & Filhos, SARL
1/02/1968	385 000\$00	400 000\$00	Freitas & Almeida, Lda
6/07/1972	1 600 000\$00	2 000 000\$00	
16/04/1968	200 000\$00	1 200 000\$00	Alfredo da Silva Araújo & C. ^a , Lda
27/08/1968	4 075 000\$00	4 500 000\$00	António de Almeida & Filhos
15/11/1968	9 000 000\$00	10 000 000\$00	Sociedade Têxtil António José Lopes Correia, SARL
4/12/1968	588 000\$00	600 000\$00	Guimarães, Abreu & C. ^a , Lda

25/02/1969	3 400 000\$00	6 000 000\$00	Fábrica de Tecidos de Viúva de Carlos da Silva Areias & C. ^a Lda
18/12/1969	1 560 000\$00	1 600 000\$00	Leite & Oliveira, Lda
28/04/1970	1 800 000\$00	2 000 000\$00	J. Martins Pereira & C. ^a , Lda
27/05/1970	2 500 000\$00	3 000 000\$00	Corais & Aguiar, Lda
5/11/1970	5 177 500\$00	7 677 500\$00	Têxtil António Ribeiro da Cunha, SARL
14/09/1971	14 000 000\$00	15 000 000\$00	Fábrica Têxtil de Vizela, Lda
25/11/1971	6 500 000\$00	14 500 000\$00	J. Pereira Fernandes & Filhos, Lda
23/12/1971	19 500 000\$00	20 000 000\$00	Indústrias Têxteis Somelos, SARL
20/12/1973	25 000 000\$00	45 000 000\$00	
6/07/1972	1 600 000\$00	2 000 000\$00	Freitas, Ferreira, & C. ^a Lda / Freitas & Almeida, Lda
6/02/1973	6 672 000\$00	10 000 000\$00	Empresa Industrial Sampedro, Lda
7/02/1973	2 700 000\$00	3 000 000\$00	Joaquim de Almeida Guimarães & Filhos Lda
5/04/1973	1 650 000\$00	2 000 000\$00	Manuel Alves de Abreu, Filhos, Lda

(*) Não foi possível encontrar este valor.

Fonte: Elaboração própria com base em documentação notarial.

No que respeita aos aumentos do capital social, verifica-se que metade das empresas recorreram a esta prática, o que lhes permitiu um maior desenvolvimento dos negócios, a criação de novos projectos, a contratação de novos técnicos e operários, a renovação e o reapetrechamento do parque de máquinas, com o consequente aumento da produção. Analisando um pouco mais aprofundadamente estes aumentos do capital constata-se um primeiro aspecto, que incidiu principalmente na década de 1960, relativo ao facto de as empresas que os efectuaram disporem de um capital social extremamente diminuto, razão pela qual, comparativamente, os aumentos atingiram valores consideravelmente elevados. É o caso, por exemplo, da “A Têxtil do Minho, Lda”, fundada em 6 de Dezembro de 1955, que dispunha de um capital social de apenas 50.000\$00 (correspondendo a duas quotas de 25.000\$00) e que em 31 de Dezembro de 1962 efectuou um aumento de 450 000\$00. Assim como da “Costa, Oliveira & C.^a, Lda”, fundada em 1 de Dezembro de 1958 em Creixomil com um capital social de apenas 45.000\$00, repartido equitativamente pelos três sócios, e que em 3 de Dezembro de 1964 procedeu a um aumento de 455.000\$00. Já em 1 de Fevereiro de 1968, a “Freitas & Almeida, Lda”, fundada em 14 de Março de 1942 em Moreira de Cónegos, irá também realizar um aumento de capital, passando de um valor extremamente baixo – 15.000\$00 – para 400.000\$00, também divididos equitativamente pelos dois sócios. É ainda o caso da “Leite & Oliveira, Lda”, fundada em 24 de Janeiro de 1952 em São Tiago de Candoso, que já no dealbar da década de 1970 – em 18 de Dezembro de 1969 – aumentará significativamente o seu capital, de 40.000\$00 para 1.600.000\$00.

Um segundo aspecto a destacar verificou-se, principalmente, a partir da segunda metade da década de 1960, com o surgimento de várias empresas numa situação económica bastante sólida – o que não deixará de estar relacionado com o incremento das vendas dos seus produtos, resultante do aumento da exportação –, as quais irão efectuar avultados aumentos do capital social, nomeadamente quando algumas delas se transformaram em sociedades anónimas de responsabilidade limitada. Algumas destas empresas ainda hoje existem e constituem um exemplo bem sucedido do desenvolvimento industrial registado na indústria têxtil da Bacia do Ave precisamente durante o período em análise. Entre estas, destacamos a “Sociedade Têxtil Albano Coelho

Lima, Lda – Coelima”, fundada em 22 de Dezembro de 1954 em S. Jorge do Selho²⁵, que num espaço de dez anos irá efectuar quatro importantes aumentos de capital, passando dos 1.000.000\$00 iniciais para 4.000.000\$00, em 13 de Novembro de 1962, seguidamente para 35.000.000\$00, em 25 de Outubro de 1965, para 50.000.000\$00, em 4 de Janeiro de 1968, quando foi transformada em sociedade anónima de responsabilidade limitada e dotada de novos estatutos e, finalmente, para 100.000.000\$00, em 7 de Dezembro de 1973. A “TARF – Têxtil Alberto Rodrigues de Figueiredo, SARL”, então uma das mais antigas empresas vimaranenses em actividade, iniciada em 14 de Abril de 1917 em S. Jorge do Selho, que registou também dois aumentos de capital, passando de 900.000\$00 para 9.000.000\$00, em 8 de Julho de 1965, e para uns avultados 25 000 000\$00, três anos mais tarde, em 30 de Abril de 1968. A “Têxtil Joaquim de Sousa Oliveira & Filhos, SARL”, fundada em 1936 em Vizela, procedeu igualmente a um substancial aumento de capital em 27 de Novembro de 1967, quando se transformou em sociedade anónima de responsabilidade limitada, aumentando o capital de 1.000.000\$00 para 50.000.000\$00. Um outro caso de uma empresa que detinha um valor muito baixo de capital social e que concretizou um importante aumento, passou-se com a “Fábrica de Tecidos da Cruz de Pedra, Lda”, fundada em 10 de Agosto de 1932 em Creixomil, que em 23 de Outubro de 1965 elevou o seu capital de 440.000\$00 para 11.000.000\$00, situação idêntica registada pela “Sociedade Teixeira de Melo & Filhos, Lda”, fundada em 22 de Janeiro de 1958 em Ronfe, que elevou o seu capital de 500.000\$00 para 20.000.000\$00, quando se transformou numa sociedade anónima de responsabilidade limitada, em 23 de Dezembro de 1971, adoptando então a nova denominação de “Indústrias Têxteis Somelos, SARL”; em 20 de Dezembro de 1973 irá proceder a um novo aumento de capital, passando para 45.000.000\$00.

Importa assinalar ainda outras situações protagonizadas pelas empresas vimaranenses, nomeadamente os casos de fusões e incorporações, assim como da sua saída do concelho, e também daquelas que se transferiram para o mesmo. Assim, em 31 de Dezembro de 1973, “Correia & Irmãos, Lda”, de Pevidém, foi incorporada, por fusão, na “Sociedade Têxtil António José Lopes Correia, SARL”. Quanto às saídas e entradas no concelho, em 6 de Junho de 1971, a “Empresa Rio Vizela, Lda”, fundada em 6 de Julho de 1918 em São Martinho do Campo, Santo Tirso, após a alteração do respectivo pacto social, transferiu-se para Moreira de Cónegos, instalando-se no edifício da Sociedade Têxtil da Cuca, então um dos seus accionistas. O mesmo se verificou com a “Manuel Alves de Abreu, Filhos, Lda, fundada em 13 de Janeiro de 1939 em Vilarinho, Santo Tirso, que em 5 de Abril de 1973, após um aumento do capital social de 350.000\$00 para 2.000.000\$00, também se transferiu para Moreira de Cónegos. Em contrapartida, a “Empresa Industrial das Hortas, Lda”, fundada em Guimarães em 12 de Junho de 1948, transferiu as suas instalações para São Martinho do Campo, Santo Tirso, em 3 de Outubro de 1973, após a saída de um dos seus sócios.

²⁵ As suas raízes remontam, contudo, a 1922, quando Albano Martins Coelho Lima [Guimarães, Selho (São Jorge), Ponta do Campo 29 de Setembro de 1892 + Guimarães, Selho (São Jorge) 25 de Setembro de 1979] iniciou a sua actividade como industrial de tecidos de linho e algodão. Actualmente, a Coelima está integrada no Grupo MoreTextile.

5. Conclusão

É fácil constatar, pelo que expusemos acima, que com a adesão de Portugal na EFTA, e depois com o Acordo de Comércio Livre com a CEE, a indústria têxtil vimaranense – e de um modo geral a indústria têxtil nacional – registou uma considerável transformação e desenvolvimento, em consequência dos lucros registados com a possibilidade de acesso aos novos mercados que aquela adesão proporcionava, sem a barreira das taxas alfandegárias. Por conseguinte, a transformação deste sector industrial encontra-se relacionada com a possibilidade de participação no comércio internacional, com consequências directas no aumento do volume das suas exportações, se bem que um número ainda significativo de empresas tivesse relutância em abandonar os mercados coloniais, não obstante os problemas que daí advinham. A adesão à EFTA constituiu um enorme desafio para a indústria têxtil, a qual, para não desperdiçar as vantagens que aquela situação oferecia e conseguir competir em mercados muito mais exigentes – sobretudo quanto à qualidade dos produtos e à sua apresentação (*design*) –, se via obrigada a introduzir significativos melhoramentos tecnológicos e organizacionais, assim como a adoptar uma gestão mais eficiente e actualizada, como as Indústrias Têxteis Somelos referiam no seu Relatório de 1971. No entanto, esta não era ainda a realidade generalizada – nem em Guimarães, nem no país –, o que terá levado Marcelo Caetano a referir-se desta forma ao assunto, na sua primeira “Conversa em Família”, em 8 de Janeiro de 1969: *“os empresários arriscam pouco capital próprio (...). A gerência é, com frequência, pouco esclarecida e mal orientada. Não dispomos de técnicos em grande quantidade, nem de técnica largamente evoluída. E a cada passo as empresas se viram para o Governo a pedir auxílios de vária ordem. (...) Daqui resulta a necessidade de constante intervenção do Estado, através de leis, de créditos, de isenções, de estímulos diversos ou de protecções variadas que os interessados solicitam como remédio salvador. O Estado tem mesmo que ser empresário ou participar no capital de empresas para garantir a marcha de actividades vitais ou dar ânimo a empreendimentos reputados de interesse nacional”*²⁶.

Uma outra realidade em relação à qual ainda um número reduzido de empresas estava consciente, decorria dos baixos níveis de produtividade então existentes na indústria, embora começassem a surgir algumas vozes que apontavam para a necessidade de se ultrapassar essa debilidade, como a já referida Somelos. Esta falta de produtividade decorria, em parte, da existência de empresas com capital insuficiente – um problema que já vinha do passado e que marcou principalmente os primeiros anos da década de 1960 –, subdimensionadas e dotadas de tecnologia arcaica ou obsoleta.

A adesão à EFTA contribuiu para a formação de um novo ambiente económico, com a progressiva libertação da já referida dependência do Estado, ainda que cómoda para uma parte das empresas nacionais, uma vez que garantia a colocação dos seus produtos nos protegidos mercados nacional e colonial, restringindo ou eliminando a concorrência através do condicionamento industrial, distribuindo o acesso às matérias-primas e fixando preços e quotas de produção. Significativamente, em 1965 foi introduzida uma importante alteração na legislação do condicionamento industrial, reduzindo ao mínimo os sectores industriais sujeitos àquele regime e possibilitando também a instalação de novas unidades produtivas do sector têxtil algodoeiro nas colónias. Uma alteração que resultou da constatação de que era contraproducente manter o regime do condicionamento industrial tal como vigorava, num momento em que a indústria nacional – e, em particular, a indústria têxtil –, aumentava significativamente a sua produção tendo em vista a exportação para países estrangeiros (Decreto-Lei n.º 46.666, de 24 de Novembro de 1965). Um dos fundamentos do regime do condicionamento industrial assentava em grande medida no facto de se considerar que o mercado interno não tinha dimensão para suportar um número crescente de unidades produtivas, pelo que, a manterem-se estas restrições, não havia

²⁶ *Diário de Lisboa*, Lisboa, n.º 16.543, de 9 de Janeiro de 1969, p. 8. Pode também ser escutada em URL: arquivos.rtp.pt/conteudos/conversa-em-familia-6.

possibilidade de aproveitar as oportunidades oferecidas pela adesão à EFTA, que reclamavam, precisamente, o aumento da produção e a constituição de novas empresas.

A acção do Estado contemplava também a garantia de baixos custos laborais, assim como a docilidade da mão-de-obra, através do seu enquadramento nos sindicatos corporativos ou da acção repressiva²⁷, uma situação que só se alterou após o 25 de Abril. Podemos encontrar aqui a justificação para a advertência de José Reis que referimos no início, acerca do carácter limitado deste incremento da industrialização, que não acarretou repercussões substanciais no emprego e no mercado de trabalho, e dos seus escassos efeitos na constituição de uma economia e de uma sociedade modernas, tanto mais que a têxtil algodoeira constituía um sector que se baseava na mão-de-obra intensiva e barata, e a competitividade dos seus produtos assentava essencialmente no factor preço, bastante baixo, e não tanto na qualidade ou no valor acrescentado.

QUADRO XIII

CRESCIMENTO INDUSTRIAL (TODOS OS ESTABELECIMENTOS)

Sector industrial	Valor bruto da produção (milhares de contos)	
	1965	1971
Têxtil do algodão	3 570,0	3 673,7
Fabricação de malhas	274,9*	1 160,5

* Valor de 1964.

Fonte: Estatísticas Industriais (I.N.E.).

QUADRO XIV

EVOLUÇÃO DA EXPORTAÇÃO DE PRODUTOS TÊXTEIS PARA A EFTA (1960-1970)

Sector industrial	Valores (milhares de contos)	
	1960	1970
Matérias têxteis e respectivas obras	399,7	3 827,8
Vestuário	1,0	1 090,2

Fonte: Estatísticas do Comércio Externo (I.N.E.).

²⁷ Ver, sobre este assunto, José Manuel Lopes Cordeiro (2013), "As lutas dos operários têxteis da Bacia do Ave, 1956-1974, e algumas questões da história do movimento operário", *Ubimuseum – Revista online do Museu de Lanifícios da Universidade da Beira Interior*, n.º 2, pp. 153-173.

Embora não disponhamos de valores desagregados a nível regional, podemos inferir facilmente que as empresas têxteis vimaranenses não ficaram à margem do processo de crescimento económico registado pela indústria portuguesa durante o período em análise. Como se pode verificar no Quadro XIII, e embora só tenhamos valores para o período 1965-71, o crescimento industrial foi bastante significativo, com alguns sectores a revelarem um elevado nível de dinamismo, como o do fabrico de malhas, o mesmo se registando quanto à evolução da exportação de produtos têxteis manufacturados para a EFTA, assinalada no Quadro XIV, cujos efeitos positivos se fizeram sentir muito rapidamente, passando (em milhares de contos) de 114,7 em 1959, para 409,7 logo em 1962, representando uma percentagem de aumento superior a 300%.

Como referimos no início, este artigo constitui uma primeira abordagem ao processo de inserção da indústria têxtil no crescimento económico suscitado pela entrada de Portugal na EFTA, consagrado ao concelho de Guimarães. Num futuro próximo contamos dar continuidade a esta pesquisa, aprofundando-a e, eventualmente, corrigindo-a, de maneira a resolver algumas das limitações que nesta fase não foi possível ultrapassar.

6. Fontes e Bibliografia

Fontes

Documentação notarial relativa às empresas de Guimarães existente no Arquivo Municipal Alfredo Pimenta, Arquivo Distrital de Braga e Arquivo Distrital do Porto.

Relatório dos Conselhos de Administração, relativos a vários anos, das seguintes empresas: Coelima, Somelos, Sociedade Mercantil do Minho, Luzmonte, ASTOR, Sociedade Têxtil Progresso de Covas, LUZCOR, Têxtil Joaquim de Sousa Oliveira & Filhos, Sociedade Têxtil Luís Correia, Empresa de Fiação Manuel Gonçalves, LUSAUSTRI, Empresa de Malhas Ribadave, TARG, Fábrica de Tecidos do Carvalho, Sociedade Têxtil António José Lopes Correia, Fábrica de Malhas ALBI, Sociedade Têxtil J. Teixeira, Sociedade Têxtil M. P. Ferreira Leite.

Bibliografia

Artigos e monografias

ÁLVARES, Pedro; FERNANDES, Carlos Roma (1980), *Portugal e o Mercado Comum. Da EFTA aos acordos de 1972*. Lisboa: Editorial Pórtico.

BANCO TOTTA & AÇORES (1973), *O Acordo entre Portugal e o Mercado Comum*. Lisboa: Banco Totta & Açores.

CASTILHO, José Manuel Tavares (1998), “O marcelismo e a construção europeia”, *Penélope*, Lisboa, n.º 18, pp. 77-122.

CORDEIRO, José Manuel Lopes (2002), “Indústria e energia na Bacia do Ave (1845-1959)”, *Cadernos do Noroeste (Série História 1)*, Braga, Vol. 15, n.º 1-2, pp. 57-174.

CORDEIRO, José Manuel Lopes (2003), “Uma economia dual: a modernização no sector têxtil da Bacia do Ave”, in Elisa Calado Pinheiro (Coord.), *Actas das III Jornadas de Arqueologia Industrial (12 a 14 de Novembro de 1998). A indústria têxtil europeia – Os fios do passado a tecer o futuro – uma abordagem pluridisciplinar*. Covilhã: Universidade da Beira Interior, 2002, pp. 313-322.

CORDEIRO, José Manuel Lopes (2013), “As lutas dos operários têxteis da Bacia do Ave, 1956-1974, e algumas questões da história do movimento operário”, *Ubimuseum – Revista online do Museu de Lanifícios da Universidade da Beira Interior*, Covilhã, n.º 2, pp. 153-173.

FERRAZ, Ricardo (2019), *Grande Guerra e Guerra Colonial: Quanto Custaram aos Cofres Portugueses?* Lisboa: Gabinete de Estratégia e Estudos do Ministério da Economia.

FERREIRA, Manuel Ennes; GONCALVES, Francisco Rocha (2009), “Diplomacia económica e empresas de bandeira: o caso da Galp e da Unicer em Angola”, *Relações Internacionais*, Lisboa, n.º 24, p. 115-133.

LOPES, José Silva (1996), *A Economia Portuguesa desde 1960*. Lisboa: Gradiva.

LOPES, José Silva (2002), “A EFTA e a modernização da economia portuguesa”, in Banco Português de Investimento, *Fundo EFTA 1976-2001*. Lisboa: Banco Português de Investimento.

LOUREIRO, João Adolfo (1991), *Economia e sociedade: a indústria no pós-guerra anos 50 e 60*. Lisboa: Edições Cosmos.

MAGALHÃES, José Calvet de (1981), “Os Movimentos de Cooperação e Integração Europeia no Pós-Guerra e a Participação de Portugal nesses Movimentos”, in Ruy Teixeira Guerra, António de Siqueira Freire, José de Calvet Magalhães, *Os Movimentos de Cooperação e Integração Europeia no Pós-Guerra e a Participação de Portugal nesses Movimentos*. Lisboa: Instituto Nacional de Administração.

NEVES, João L. César das (1994), “O crescimento económico português no pós-guerra: um quadro global”, *Análise Social*, Lisboa, Vol. XXIX, n.º 128, pp. 1005-1034.

NUNES, Adérito Sedas (1964), “Portugal, sociedade dualista em evolução”, *Análise Social*, Lisboa, Vol. II, n.º 7-8, pp. 407-462.

REI, Mariana (2019), “Memórias do trabalho e das migrações na indústria têxtil (anos 1960-70). O caso da Companhia de Fiação e Tecidos de Guimarães”, *Boletim de Trabalhos Históricos*, Guimarães, Série III, Volume VIII, pp. 57-77.

REIS, José (2019), “A primeira industrialização ‘moderna’: a economia política de uma indústria sem economia nem país (1960-1974)”, in Alice Cunha, Cristina Rodrigues e Ivo Veiga (Orgs.), *Economia e História: Estudos em homenagem de José Maria Brandão de Brito*. Lisboa: Edições Colibri, pp. 91-104.

VARÃO, A. Proença (1974), *Estrutura e Crescimento Económico do Distrito de Braga: análise da área adjacente ao polo Braga-Guimarães*. Lisboa: Banco de Fomento Nacional.

Publicações periódicas

Diário do Governo, Lisboa.

Diário de Lisboa, Lisboa.

Jornal Português de Economia & Finanças, Lisboa.

Webgrafia

IPC – Inflação histórica Portugal: URL: pt.inflation.eu.

RTP Arquivos: URL: arquivos.rtp.pt

ANEXOS

QUADRO I

EMPRESAS TÊXTEIS FUNDADAS EM GUIMARÃES (1960-1974)

Data de constituição	Última denominação conhecida	Ramo industrial	Capital social	Localização
1960	Francisco Vaz da Costa Marques, Filhos & C. ^a (1)	Indústria de bordados para têxteis lar	Desconhecido	Azurém
17/03/1960	António José Lopes Rodrigues & C. ^a Lda	Indústria de tecelagem	70.000\$00	Caldas das Taipas
19/05/1960	Fábrica de Tecidos A Flor do Ave, Lda	Indústria de tecelagem	30.000\$00	Caldas das Taipas
13/12/1960	Fábrica Têxtil de Fermis, Lda.	Indústria de tecelagem	200.000\$00	Moreira de Cónegos
25/04/1960	Textifil – Empresa Têxtil, Lda	Indústria de fiação e tecidos	150.000\$00	Creixomil
1961	Domingos de Sousa & Filhos (2)	Indústria de tecelagem	Desconhecido	Gandarela
6/01/1961	Irmãos Fernandes, Lda. – Fábrica de Malhas Henriquinas	Indústria de malhas	200.000\$00	São Paio
27/02/1961	Joaquim Correia de Sousa Areias & C. ^a Lda	Indústria têxtil	569.825\$06	São Cristóvão de Selho
5/04/1961	Sousa, Ferreira & Almeida Lda (3)	Indústria de tecelagem	205.000\$00	Lordelo
26/01/1962	Mário Almeida & Irmão, Lda	Indústria de malhas	50.000\$00	Creixomil
30/08/1962	Confecções Caravela, Lda	Indústria de confecções	100.000\$00	São Miguel das Caldas de Vizela
17/09/1962	Rodriguez & Barros, Lda	Indústria de malhas	700.000\$00	Moreira de Cónegos
6/03/1963	Melo & Gonçalves, Lda	Indústria têxtil	500.000\$00	Ronfe
1/07/1963	Herculano & Pimenta, Lda (4)	Indústria de confecções	1.000.000\$00	São Paio
13/11/1963	Faria & Lopes, Lda	Indústria de confecções	200.000\$00	São João das Caldas de Vizela
1/01/1964	Agostinho da Silva Areias, Filhos & C. ^a Lda.	Indústria de tecelagem	6.000.000\$00	Polvoreira
4/01/1964	Sociedade Têxtil M. P. Ferreira Leite, SARL (5)	Comércio ou indústria de tecidos	2.000.000\$00	Oliveira
7/01/1964	Sociedade Têxtil J. Teixeira, SARL (5)	Comércio e indústria de tecidos.	2.000.000\$00	Urgeses
20/02/1964	Sociedade de Confecções Cortarte, Lda	Indústria de confecções	150.000\$00	Lordelo
1/04/1964	Mona Lisa, Empresa de Confecções, Lda	Indústria de confecções	100.000\$00	Creixomil
14/04/1964	Alfredo Ferreira Alves & C. ^a . Lda	Indústria de tecelagem	400.000\$00	Polvoreira.
7/05/1964	A Têxtil de São Gonçalo, Lda (5)	Comércio de exportação de tecidos de algodão	200.000\$00	São Paio

27/07/1964	Macedo & Júlio, Lda	Indústria de tecidos de malha	100.000\$00	Oliveira do Castelo
12/08/1964	Lemar - Leandro Magalhães de Araújo (Filhos), Lda. (6)	Indústria de malhas	300.000\$00	São Jorge de Selho
7/09/1964	Gontil – Têxtil de Gondar, Lda	Indústria de tecelagem	180.000\$00	Gondar
16/09/1964	Nogueira Guedes (Irmãos), Lda	Indústria de malhas	100.000\$00	São Paio
26/09/1964	Fifitex – Fiação de Fibras Têxteis, Lda	Indústria de fiação	3.000.000\$00	Moreira de Cónegos
4/11/1964	Empresa de Malhas de Paçô-Vieira, Lda	Indústria de tecelagem e confecção de malhas	100.000\$00	Mesão Frio
11/12/1964	Fernandes & Carvalho, Lda	Indústria de confecção de malhas	100.000\$00	Moreira de Cónegos
17/12/1964	Ermel – Confecção de Malhas, Lda	Indústria de tecelagem e confecção de malhas	50.000\$00	São Paio
29/12/1964	Fábrica de Malhas ALBI, SARL	Indústria de malhas	1.000.000\$00	Oliveira do Castelo
30/12/1964	Cosme & Miranda, Lda	Indústria de confecção de malhas	150.000\$00	São Paio
2/01/1965	Augusto Luciano Guimarães & Filhas, Lda – ALC	Indústria têxtil	1.000.000\$00	Creixomil
2/01/1965	Mogofil – Sociedade Têxtil António Moreira Gomes, SARL (Ex- António Moreira Gomes & Filhos)	Indústria de tecelagem	3.000.000\$00	Lordelo
2/01/1965	Augusto Luciano Guimarães & Filhas, Lda	Indústria de tecelagem	1.000.000\$00	Creixomil
16/03/1965	Gomes & Ferreira, Lda [Ex- Gomes, Lima & Ferreira, Lda]	Indústria de malhas	120.000\$00	São Paio
31/03/1965	Joaquim Coelho Lima & Filhos, Lda - Lameirinho – Indústria Têxtil	Indústria têxtil	2.000.000\$00	São Jorge de Selho
10/04/1965	Fábrica de Malhas IVER, Lda	Indústria de malhas	300.000\$00	Creixomil
14/05/1965	Neves, Magalhães & C.ª, Lda	Indústria de malhas e confeções	150.000\$00	[Guimarães]
29/07/1965	Fábrica de Malhas Fanil, Lda	Indústria de malhas	500.000\$00	[Guimarães]
27/08/1965	Sociedade Têxtil Sousabreu, Lda	Indústria de tecelagem	400.000\$00	São Sebastião
8/09/1965	Oliveira, Azevedo & C.ª, Lda	Indústria de malhas e confeções.	200.000\$00	[Guimarães]
3/12/1965	Empresa de Malhas Ribave, SARL	Indústria de malhas	1.000.000\$00	Guardizela
15/12/1965	Têxtil Rasil, Lda	Indústria têxtil	600.000\$00	Nespereira
15/12/1965	Vimatex - Sociedade de Malhas, Lda	Indústria de malhas	180.000\$00	Creixomil
27/12/1965	José Marques Rodrigues & Gonçalves, Lda	Indústria de malhas, meias peúgas e passamanarias	200.000\$00	São Sebastião

10/01/1966	António de Oliveira Peixoto & Filho, Lda	Indústria de tecelagem	500.000\$00	São Jorge de Selho
28/01/1966	Lusaustri - Companhia de Bordados, SARL	Indústria de bordados em tecidos	800.000\$00	São Sebastião
10/02/1966	Sociedade Têxtil da Portela, Lda	Indústria de tecelagem	150.000\$00	São Miguel das Caldas de Vizela
5/04/1966	Etelor Serviços Têxteis	Indústria de tecelagem	2.000.000\$00	Lordelo
27/04/1966	Empresa de Fiação Manuel Gonçalves, SARL	Indústria de fiação e tecidos	500.000\$00	São Sebastião
10/05/1966	Manuel de Lemos Pinheiro & Filho, Lda.	Indústria de tecelagem	900.000\$00	São Jorge de Selho
4/06/1966	Veloso, Faria & Lopes, Lda (Fábrica de Malhas VELFAR, Lda)	Indústria de malhas	600.000\$00	São João das Caldas de Vizela
29/06/1966	Cruz & Simões, Lda	Indústria de malhas	500.000\$00	[Guimarães]
30/06/1966	Guimarães, Leite & C.ª, Lda	Indústria de malhas	75.000\$00	Azurém
19/07/1966	Malhas Gomes Alves, Lda	Indústria de malhas	300.000\$00	Azurém
29/07/1966	Adelino Lima Gonçalves & C.ª, Lda	Indústria de malhas	500.000\$00	Conde
27/08/1966	Mirandas & Melo, Lda.	Indústria de malhas	200.000\$00	Oliveira do Castelo
8/10/1966	Sociborda - Sociedade de Bordados, Lda	Indústria de bordados e confeções	2.100.000\$00	Polvoreira
20/02/1967	Fábrica de Tecidos da Mata, Lda	Indústria de tecelagem	750.000\$00	São João das Caldas de Vizela
3/01/1967	Orlando, Araújo & Lima, Lda	Indústria e comércio de artigos de vestuário	120.000\$00	São Miguel das Caldas de Vizela
21/06/1967	Sociedade de Fiação e Tecelagem do Saganhais, Lda	Indústria de fiação e tecelagem	1.250.000\$00	São Jorge de Selho
27/06/1967	Luar - Bordados e Confeções, Lda	Indústria de confecção de rendas e bordados.	480.000\$00	São Paio
25/07/1967	Sociedade Têxtil Luís Correia, SARL	Indústria de fiação de algodão e outras fibras	2.000.000\$00	São Sebastião
26/07/1967	M. Rosa Bourbon Sampaio & C.ª, Lda	Indústria de confecção de lençóis	50.000\$00	Gondar
18/08/1967	Fábrica de Malhas Amor, Lda [constituída por acordo dos credores da A. Mourão, Lda]	Indústria de fios e tecidos	7.752.620\$00 (soma das quotas correspondente aos créditos)	Creixomil
16/11/1967	Sociedade Têxtil Perfídrofil da Devesa, Lda	Indústria têxtil	100.000\$00	Ponte
19/12/1967	Avelino Mendes & Barroso, Lda	Indústria de malhas	150.000\$00	Polvoreira
27/12/1967	Gomes, Filhas & C.ª, Lda	Indústria de algodão, seda e mistos	2.000.000\$00	Ronfe
29/12/1967	António Vieira de Abreu & Filhos, Lda	Indústria de tecidos de algodão e seda	5.000.000\$00	Nespereira

2/01/1968	Aristeu & C. ^a , Lda.	Indústria de tecidos de algodão e seda	700.000\$00	Creixomil
5/01/1968	A. Silva & C. ^a , Lda	Indústria de confecções e malhas	200.000\$00	[Guimarães]
1/02/1968	Ribeiros, Pereiras & C. ^a Lda.	Indústria de tecelagem	110.000\$00	Mascotelos
16/02/1968	Joaquim da Silva Marques & Filhos, Lda	Indústria de tecelagem	3.000.000\$00	São Jorge de Selho
1/03/1968	Fábrica de Malhas Dextra, Lda	Indústria de malhas	200.000\$00	Creixomil
5/03/1968	F. Oliveira da Silva & C. ^a . Lda	Indústria de torcedura de pêlo de cabra e fibras artificiais	100.000\$00	São João Baptista de Airão
17/03/1968	Carvalho & Magalhães, Lda	Indústria de malhas	210.000\$00	Urgezes
31/05/1968	Garça Real - Empresa de Confecções, Lda	Indústria de confecções	300.000\$00	São Miguel das Caldas de Vizela
1/09/1968	Bermello & C. ^a , Lda	Indústria de confecções	320.000\$00	Oliveira do Castelo
30/12/1968	Fábrica de Tecidos da Ponte de Serves, Lda	Indústria têxtil	300.000\$00	Gondar
7/03/1969	Manuel Lopes de Barros, Filho & C. ^a , Lda.	Indústria de malhas	2.200.000\$00	Azurém
8/03/1969	Fábrica de Tecidos da Baganheira de Afonso Augusto da Costa & Filhos, Lda	Indústria de tecelagem	3.000.000\$00	Conde
9/04/1969	Sociedade Têxtil da Cuca, Lda	Indústria de fiação e tecelagem	15.000.000\$00	Moreira de Cónegos
28/03/1969	Luzcor - Malhas e Confecções, SARL	Indústria de malhas e confecções	5.000.000\$00	São Sebastião
23/04/1969	Alves & Irmão, Lda	Indústria de tecelagem	450.000\$00	São Martinho de Candoso
15/05/1969	Artur da Cunha Oliveira & C. ^a Lda	Indústria de tecelagem	400.000\$00	Moreira de Cónegos
5/06/1969	Garcia & Silva	Indústria de Malhas	400.000\$00	Ponte
16/06/1969	Sociedade Têxtil Progresso de Covas, SARL	Indústria têxtil	100.000\$00	Urgezes
5/07/1969:	Garcia & Silva, Lda	Indústria de malhas	400.000\$00	Ponte
20/08/1969	Ferreira Mendes & C. ^a , Lda [Ex-Barros & Ferreira, Lda]	Indústria de malhas	100.000\$00	São Sebastião
31/12/1969	Joaquim Teixeira & Filhos, Lda.	Indústria de confecções	2.000.000\$00	São Sebastião
2/01/1970	Sociedade Têxtil Vital Marques Rodrigues, Filhos, Lda. (7)	Indústria algodoeira	1.000.000\$00	Mascotelos
14/01/1970	Barroso, Costa & C. ^a , Lda	Indústria de malhas	200.000\$00	Polvoreira
7/02/1970	Freitas & Fernandes, Lda.	Indústria de confecções	200.000\$00	Oliveira do Castelo
9/02/1970	Vilela & Moura, Lda.	Indústria têxtil.	200.000\$00	Fermentões
26/02/1970	A. Barros & C. ^a , Lda.	Indústria de meias e peúgas	120.000\$00	São Sebastião

20/04/1970	Emílio Alves, Irmão & C.ª, Lda. (8)	Indústria e acabamento de tecidos	600.000\$00	Gondar
29/05/1970	Raimundo & C.ª, Lda.	Indústria de estampania	100.000\$00	Costa
2/06/1970	Fontão & Salgado, Lda.	Indústria de acabamentos de tecidos	50.000\$00	São João das Caldas de Vizela
13/06/1970	Monteiro & Pereira, Lda.	Indústria de confeções	50.000\$00	Moreira de Cónegos
2/10/1970	Rodrigues, Gonçalves & Lobo, Lda.	Indústria de confeções	150.000\$00	São Paio
4/11/1970	MARPEI – Estampania Têxtil, Lda. [Ex-Augusto Bourbon Cunha & C.ª Lda.]	Indústria de estampania.	100.000\$00	São Sebastião
11/11/1970	Alves & Rodrigues, Lda.	Indústria de confeções	80.000\$00	Moreira de Cónegos
4/12/1970	Ribeiro, Almeida & Machado, Lda	Indústria de malhas e confeções	150.000\$00	Urgezes
23/12/1970	M. Sousa & Rodrigues, Lda	Indústria de tecelagem	500.000\$00	São Paio
2/01/1971	Incotex - Indústria e Comércio de Têxteis, Lda	Indústria têxtil	500.000\$00	São Jorge de Selho
7/01/1971	Joaquim M. Pereira, Lda [Ex-Amaro Vale, Lda]	Indústria de tecelagem	600.000\$00	Polvoreira
19/01/1971	Lima & Oliveira, Lda	Indústria de fios de algodão	400.000\$00	Silvares
1/02/1971	João Teixeira Júnior & C.ª Lda	Indústria de cardação de tecidos	900.000\$00	Lordelo
19/02/1971	João Rodrigues & Filho, Lda	Indústria de tecelagem	500.000\$00	São Cristóvão de Selho
27/04/1971	ASTOR – Empresa Industrial de Malhas, SARL	Indústria de malhas	2.500.000\$00	Urgezes
16/07/1971	Correia & Irmãos, Lda [Ex-Francisco Inácio da Cunha Guimarães & Filhos]	Indústria de fiação e tecelagem	400.000\$00	São Jorge do Selho
25/10/1971	Têxteis Macoper [Ex- Machado Pereira & Costa, Lda]	Indústria têxtil	750.000\$00	Gondar
1/01/1972	A. Moura & C.ª, Lda	Indústria de confeções	50.000\$00	Azurém
1/01/1972	Marinho & Guerreiro, Lda	Indústria de passamanarias, fitas e outros produtos afins	500.000\$00	Fermentões
11/01/1972	João Leite & Filhos, Lda [Ex- Velasquez, Guimarães & Leite, Lda]	Indústria de malhas	300.000\$00	São Martinho de Candoso
17/01/1972	Confeções Arpitex, Lda.	Indústria de confeções	500.000\$00	Creixomil
10/02/1972	Roberto, Silva & C.ª, Lda.	Indústria de gravatas	200.000\$00	Costa
27/03/1972	Confeções Corteminor, Lda	Indústria de confeções	500.000\$00	Gondar
1/04/1972	Albertina & Albino, Lda	Indústria de confeções	60.000\$00	São João das Caldas de Vizela
1/05/1972	Confeções RIVIL, Lda	indústria de confeções	1.200.000\$00	São Paio
1/08/1972	Confeções Bercel, Lda	Indústria de confeções	300.000\$00	Oliveira do Castelo
1/01/1973	Confeções Torosa, Lda	Indústria de confeções	400.000\$00	São Paio

1/01/1973	Cacto - Têxteis, Lda	Indústria têxtil	100.000\$00	Lordelo
12/01/1973	A. Garcia & C. ^a , Lda	Indústria de torcedura de fios têxteis	500.000\$00	Moreira de Cónegos
1/02/1973	Abreu, Sousa & Irmão, Lda.	Indústria de malhas	300.000\$00	Lordelo
24/02/1973	Barbosas & C. ^a , Lda	Indústria de confecções	200.000\$00	São Paio
14/03/1973	Ferreira & Costa, Lda	Indústria de confecções	500.000\$00	Serzedelo
20/03/1973	Estamparia Olivikor, Lda	Indústria de estamparia	500.000\$00	Nespereira
21/03/1973	Eibor - Empresa Industrial de Bordados, Lda	Indústria de bordados e tecidos	1.000.000\$00	Azurém
1/05/1973	Confil - Confecções de Têxteis, Lda	Indústria de malhas e confecções	180.000\$00	São Sebastião
7/05/1973	Armando Martins Ferreira & C. ^a , Lda	Indústria de confecções	125.000\$00	São Torcato
11/05/1973	Luzmonte – Empresa Têxtil SARL (9)	Indústria de tecelagem	5.000.000\$00	Infias
18/05/1973	Armindo & Melo, Lda	Indústria de cardação de tecidos	300.000\$00	Lordelo
19/05/1973	Miranda & Fernandes, Lda	Indústria de malhas e confecções	100.000\$00	Polvoreira
23/05/1973	Macedo & C. ^a , Lda	Indústria de malhas e confecções	1.040.000\$00	Creixomil
23/05/1973	Gomes & Coelho, Lda	Indústria de confecções	460.000\$00	São Miguel das Caldas de Vizela
18/06/1973	Cardoso & Sampaio, Lda	Indústria de confecções	100.000\$00	Azurém
27/06/1973	Conor - Confecções do Norte, Lda	Indústria de confecções	1.000.000\$00	Moreira de Cónegos
1/07/1973	Brandão, Oliveira & Cunha, Lda	Indústria de estamparia	60.000\$00	São João das Caldas de Vizela
8/07/1973	Roberto, (Reis) & Miranda, Lda	Indústria de gravatas	300.000\$00	Costa
9/07/1973	Fábrica de Confecções Guiver, Lda	Indústria de confecções	600.000\$00	Vermil
20/07/1973	Machado Pinto & C. ^a , Lda	Indústria de confecções de artigos de vestuário	240.000\$00	Caldas das Taipas
24/07/1973	Esteves & C. ^a , Lda.	Indústria de confecções e tecidos	400.000\$00	Polvoreira
15/08/1973	Sociedade Têxtil Tearfil, Lda	Indústria têxtil	10.000.000\$00	Moreira de Cónegos
3/10/1973	Campelos & Alves Costa, Lda	Indústria de confecções	100.000\$00	São Miguel das Caldas de Vizela
26/10/1973	Gupi - Empresa de Malhas e Confecções, Lda	Indústria de malhas e confecções	600.000\$00	São Sebastião
14/11/1973	Domingues & Ribeiro, Lda	Indústria de malhas	300.000\$00	Creixomil
28/12/1973	Fábrica de Tecidos de Vila Pouca, Lda.	Indústria têxtil e de confecções	10.000.000\$00	São Sebastião
1/01/1974	Têxtil Jerónimo Leite, Lda	Indústria de tecidos de algodão, seda e mistos	800.000\$00	São Cristóvão de Selho

8/01/1974	Teixeira Salgado & Irmão, Lda	Indústria de malhas e confeções	500.000\$00	Oliveira do Castelo
14/01/1974	ETA – Empresa Têxtil de Acabamentos, Lda.	Indústria de acabamentos têxteis	30.000.000\$00	Ronfe
1/02/1974	Abreu, Sousa & Irmão, Lda	Indústria de malhas	300.000\$00	Lordelo
14/02/1974	Dias, Fernandes & C.ª, Lda	Indústria de confeções	180.000\$00	Azurém
15/02/1974	Telmague – Sociedade de Confeções, Lda.	Indústria de confeções	100.000\$00	São Miguel das Caldas de Vizela
1/03/1974	Lima, Brites & C.ª, Lda	Indústria malhas e confeções	1.000.000\$00	Urgezes
11/04/1974	Torcefios - Seda e Algodões, Lda	Indústria de torcedura de fios de seda e algodão	100.000\$00	Infias
18/04/1974	Fafitol - Fábrica de Fios Torcidos, Lda	Indústria de torcedura de fios de algodão, sedas e mistos	1.000.000\$00	Moreira de Cónegos

- (1) De início dedicava-se exclusivamente à produção de bordados para têxteis lar (roupa de cama e roupa de mesa).
- (2) Iniciou a sua actividade de modo quase artesanal produzindo colchas para o mercado interno e colónias.
- (3) A actividade principal era a tecelagem de forros, tendo como mercado alvo a indústria de confeção.
- (4) Adquiriu e instalou-se na "Fábrica do Minhoto".
- (5) Sociedades comerciais, dedicadas à exportação de têxteis, por vezes detendo também unidades produtivas. Em 1982, a Sociedade Têxtil M. P. Ferreira Leite, SARL alterou os estatutos, assim como a denominação, para Ferleite – Indústrias Têxteis, SARL.
- (6) Fábrica de Tecidos da Moura, fundada em 20/08/1939 por Leandro Magalhães de Araújo, fabricava então tecidos para as colónias portuguesas de África.
- (7) Tinha existido anteriormente, tendo sido fundada em 1911. Refundação e mudança de nome para Sociedade Têxtil Vital Marques Rodrigues, Filhos, Lda.
- (8) Jaime Ribeiro de Sousa Sampaio entra com a sua fábrica de acabamento de tecidos, Lugar da Silva, Gondar.
- (9) Só iniciou a actividade industrial no início de Abril de 1974.

Fonte: Elaboração própria com base em documentação notarial.

QUADRO II

EMPRESAS TÊXTEIS DE GUIMARÃES FUNDADAS ANTES DE 1 DE JANEIRO DE 1960
E QUE NESTA DATA AINDA SE ENCONTRAVAM EM LABORAÇÃO

Data da constituição	Denominação	Obs.
1873	Bento dos Santos Costa & C. ^a , Lda	Fábrica de Artefactos de Malha. Bento dos Santos Costa é considerado o iniciador do fabrico de malhas de algodão em Guimarães. A sua casa comercial terá sido fundada em 1873, mas a unidade industrial apenas obteve o alvará do Governo Civil de Braga em 3/05/1909.
6/04/1886	António da Costa Guimarães, Filho & C. ^a , Lda / Fábrica de Fiação e Tecidos do Castanheiro	O requerimento a solicitar licença para fundação da fábrica tem a data de 22/12/1884, mas o alvará do Administrador do Concelho de Guimarães só foi emitido em 6/04/1886.
7/05/1890	Companhia de Fiação e Tecidos de Guimarães, SARL	Constituída por escritura pública celebrada em 7/05/1890.
1913	António José Pereira de Lima	Fábrica de Fiação e Tecidos do Arquinho
14/06/1914	Fábrica de Tecidos de Vila Flor, Lda / Sousa Júnior, Sucessores	
14/04/1917	TARF – Têxtil Alberto Rodrigues de Figueiredo, SARL	Fábrica de Fiação e Tecidos do Pevidém
6/07/1918	Empresa Rio Vizela, Lda	
1918	J. S. Marques Rodrigues, Filhos, Lda / Fábrica de Fiação e Tecidos Jotaesse, Lda	
1919	Joaquim de Almeida Guimarães	Fábrica de Tecidos do Miradouro. Chegou a ser um dos maiores fabricantes de colchas da Europa.
1921	Empresa Industrial Sampedro, Lda	
1/01/1922	Guimarães, Abreu & C. ^a , Lda	Fábrica de Tecidos de Algodão da Calçada
16/03/1923	Empresa de Malhas, Lda	
20/06/1924	Empresa Têxtil da Cuca, Lda	Algumas fontes apontam a sua fundação em 1917
19/04/1923	Sociedade Mercantil do Minho	Fábrica de Fiação e Tecidos do Cavalinho
1926	Oliveira, Irmãos, Sucessores, Lda	Existe, pelo menos, desde 1926
21/06/1926	Aristeu, Lopes & Oliveira, Lda / Aristeu & C. ^a , Lda	Fábrica de Tecidos de S. Miguel [popularmente Fábrica dos Atranquilhos]
1/07/1926	António José Lopes Correia, Filhos	António José Lopes Correia iniciou a actividade industrial com uma pequena unidade em 1883
18/11/1926	Barbosa & Melo, Lda.	
1928	António Pereira	Fábrica de Tecidos de Seda e Algodão. Actual Apertex.
21/03/1928	Alfredo da Silva Araújo & C. ^a , Lda	Fábrica de Fiação e Tecidos da Abelheira
13/04/1928	António Ribeiro da Cunha / Têxtil António Ribeiro da Cunha, SARL	Fábrica de Tecidos dos Saganhais
10/08/1928	Empresa Têxtil de Caneiros, Lda	

30/08/1928	João Ribeiro da Cunha, Filhos & C. ^a , Lda	Fábrica do Alto
22/12/1928	António Vaz da Costa & Filhos, Lda	Fábrica de Malhas de Santa Luzia
28/02/1929	Empresa Industrial de Vizela	Fábrica das Azenhas Novas
26/08/1929	J. R. Loureiro & C. ^a , Lda.	Algumas fontes apontam a sua fundação em 29/06/1923
17/12/1929	Augusto Pinto Lisboa & Filhos, Lda	Augusto Pinto Lisboa iniciou a actividade industrial com uma pequena unidade em 1916
21/07/1930	Castro Leite, Mendes & Gonçalves, Lda./ Fábrica de Tecidos da Gaia, Lda	
20/08/1930	Varela, Pinto & C. ^a , Lda	
24/01/1931	Empresa Fiandeira de Lordelo, Lda	
Maio 1931	Empresa Industrial de Pevidém, Lda	Adquirida por Francisco Inácio da Cunha Guimarães e Alberto Pimenta Machado em 1931 a João Mendes Ribeiro
27/07/1931	Fábrica de Tecidos de Algodão de Alberto Pimenta Machado & Filhos / Fábrica de Tecidos de Vila Pouca, Lda	
8/01/1931	J. Lordeira Guimarães & C. ^a	Fábrica de Fiação e Tecidos da Caldeiroa
10/08/1932	Fábrica de Tecidos da Cruz de Pedra, Lda	
1933	J. Pereira Fernandes & Filhos, Lda	Fábrica de Tecidos do Montenegro ou Fábrica de Tecidos da Fonte da Venda
1933	Fábrica de Tecidos de Viúva de Carlos da Silva Areias & C. ^a Lda	Actual Felpos Bomdia
26/04/1934	Vital, Almeida & Rodrigues / Fiação de Covas, Lda	
12/09/1934	Fábrica Têxtil de Vizela, Lda	Actualmente integrada no Grupo Polopiqué
1935	Amadeu, Esteves & Irmão, Lda	Existe, pelo menos, desde 1935
7/10/1935	Brito & Gomes, Lda	Fábrica de Tecidos da Lameira
1936	Joaquim de Sousa Oliveira / Têxtil Joaquim de Sousa Oliveira & Filhos, SARL	
20/01/1936	Pereira da Cunha, Lda	
13/01/1939	Manuel Alves de Abreu, Filhos, Lda	Fábrica de Tecidos de Eiró
29/11/1939	Fábrica de Tecidos Moreirense, Lda	
20/12/1941	José Baptista Sampaio e Silva, Lda.	
14/03/1942	Freitas, Ferreira, & C. ^a Lda / Freitas & Almeida, Lda	
3/07/1944	Machado, Fernandes, Filhos, Lda	
24/09/1945	Sociedade Têxtil de Guimarães, Lda	
29/10/1945	Domingos Lopes de Barros, Lda	
19/03/1946	Fábrica de Fiação e Tecidos da Giesteira, Lda	
8/04/1948	Fábrica de Tecidos de Crasto, Lda	
12/06/1948	Empresa Industrial das Hortas, Lda	
19/01/1949	Francisco da Silva Areias, Filhos, Lda / Mesquita & Areias, Lda / Sociedade Têxtil Mesquita Lda	

26/12/1950	Corais & Aguiar, Lda	
31/03/1951	A. Pimenta, Lda	
16/06/1951	Alves, Esteves & C.ª, Lda	
29/08/1951	Estamparia do Alto da Ribeira, Lda	
17/09/1951	A Têxtil do Robalo, Lda	
24/01/1952	Leite & Oliveira, Lda	
1/01/1953	Fábrica de Tecidos Estrela do Lugarinho, Lda	
2/06/1953	Barros & Correia, Lda	
11/11/1953	Freitas & Filhos, Lda	
1/04/1954	Têxtil Vimaranesense, Lda	
22/12/1954	Sociedade Têxtil Albano Coelho Lima, Lda / Coelima Indústrias Têxteis, SA	Actualmente integrada no grupo MoreTextile
6/12/1955	A Têxtil do Minho, Lda	
15/12/1956	António de Almeida & Filhos	Actualmente integrada no grupo MoreTextile
1/01/1957	J. Martins Pereira & C.ª, Lda.	
22/01/1958	Sociedade Teixeira de Melo & Filhos, Lda / Indústrias Têxteis Somelos, SARL	
1/12/1958	Costa, Oliveira & C.ª, Lda / A. Mourão, Lda	
29/08/1959	Fábrica de Tecidos de Lordelo / Lortex – Fábrica de Tecidos, Lda	

Fonte: Elaboração própria com base em documentação notarial.